

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MARILENE OLIVEIRA CAMPOS

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE
BRASIL E ÁFRICA:
O CASO DO PROGRAMA CNPq/PROÁFRICA**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em Relações
Internacionais do Centro Universitário de
Brasília – UniCEUB.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Valle

Brasília – DF
2011

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE
BRASIL E ÁFRICA: O CASO DO PROGRAMA CNPq/PROÁFRICA**

Marilene Oliveira Campos

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Aprovado por:

Dr. Marcelo Gonçalves Valle
(Orientador)

Dr. Claudio Tadeu C. Fernandes (UniCEUB)
(Examinador Interno)

Ms. Fátima Aparecida Faro Marques (UniCEUB)
(Examinador Interno)

Brasília-DF, 17mar. 2011

Ao meu pai, *in memoriam*, que me legou valores e a determinação.

À Juliana e Paulo, pela compreensão da minha dificuldade em conciliar trabalho e estudo e pela ausência ao longo de todo o curso.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por esta realização.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, em especial à Coordenação de Capacitação e Gestão de Carreira (COCGC), pelo apoio financeiro fundamental à realização do curso por meio do Programa de Incentivo a Graduação.

À Assessoria de Cooperação Internacional do CNPq, em especial a Wania Lúcia da Mota por disponibilizar os dados do Programa PRÓAFRICA.

Ao meu orientador, Professor Dr. Marcelo Valle pela valiosa orientação, fundamental ao desenvolvimento da pesquisa.

Aos integrantes da banca examinadora, prof. Cláudio Tadeu Fernandes e Profa. Fátima Faro Marques, pelos comentários enriquecedores.

A todos os professores do Curso de Relações Internacionais do UniCEUB, pelo compartilhamento de seus preciosos conhecimentos.

Aos colegas da PIBIC pela amizade e companheirismo de sempre e em especial a minha chefe Maria Isabel Tavares, pelo incentivo e constante apoio ao longo do curso.

A todos os colegas da turma de 2007 do Curso de Relações Internacionais, mas de uma maneira muito especial, à Maria Salomé, companheira nas horas difíceis e apoio constante ao longo de todos os semestres.

*O conhecimento é como a luz.
Sem peso e intangível,
pode viajar facilmente pelo mundo,
Iluminando a vida de bilhões
de pessoas em toda parte.
No entanto, bilhões de pessoas vivem na
escuridão da pobreza – desnecessariamente.”*

Relatório do Banco Mundial, 1999

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo entender como a Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia (C&T) pode ser utilizada como mecanismo auxiliar de desenvolvimento, dando aos países o direito ao desenvolvimento por meio de transferência de conhecimento científico e tecnológico. O estudo propõe uma abordagem da Cooperação Internacional em C&T, tendo como base o estudo do Programa CNPq/PROÁFRICA cujo objetivo é Cooperação Internacional em C&T entre o Brasil e os países africanos, mediante a geração e apropriação de conhecimento e a elevação da capacidade tecnológica desses países, visando a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos. Após a apresentação teórica do papel da cooperação internacional no contexto das Relações Internacionais, mas especificamente o realismo e a interdependência, cujas análises sobre a ocorrência de cooperação servirão de base para o estudo de caso sobre a relação Brasil e a África. Será apresentado ainda um contexto da importância da Cooperação Internacional em C & T como fator capaz de gerar desenvolvimento científico e tecnológico entre o Brasil e os países africanos e por fim como a política africana do Brasil, tem sido utilizada no contexto de um Estado que procura atualmente, ganhar um maior protagonismo internacional. Por fim, será feita uma análise do Programa PROÁFRICA em vigor no CNPq desde 2005, realizada a partir de dados gerados no período de 2005 a 2008, produzidos e disponibilizados pela Assessoria de Cooperação Internacional (ASCIN), do CNPq.

Palavras-chave: Cooperação Internacional em C&T - Realismo - Interdependência
Cooperação Brasil-África - CNPq/PROÁFRICA

ABSTRACT

This study aims to understand how the International Cooperation in Science and Technology (S & T) can be used as an auxiliary mechanism for development, giving countries the right to development through the transfer of scientific and technological knowledge. The study proposes an approach to international cooperation in S & T, based on the Program study CNPq / PROÁFRICA aimed at international cooperation in S & T cooperation between Brazil and African countries, through the generation and appropriation of knowledge and increase the technological capacity of these countries, aiming improving the quality of life for its citizens. After presenting the theoretical role of international cooperation in the context of international relations, but specifically the realism and interdependence, which analyzes the occurrence of cooperation form the basis for the case study on the relations between Brazil and Africa. Will be presented later a context of the importance of international cooperation in S & T as a factor capable of generating scientific and technological cooperation between Brazil and African countries and finally as the African policy of Brazil, has been used in the context of a State that seeks to currently earning a bigger role internationally. Finally, there will be an analysis of the Program into force on PROÁFRICA CNPq since 2005, held from data generated in the period 2005 to 2008, produced and made available by the of International Cooperation Office - CNPq.

Key words: International Cooperation in S&T - Realism - Interdependence
Cooperation Brazil - África - CNPq/PROÁFRICA

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nº de projetos aprovados pelo PROÁFRICA - (2005 a 2008)	53
Gráfico 2 – Valores aprovados pelo PROÁFRICA - (2005 a 2008)	54
Gráfico 3 – Nº de projetos aprovados por chamada - (2005 a 2008).....	55
Gráfico 4 – Nº de projetos aprovados por país estrangeiro – (2005 A 2008)	56
Gráfico 5 – Distribuição dos projetos por região brasileira - (2005 a 2008).....	57
Gráfico 6 – Nº de projetos aprovados por Instituição Executora Brasileira (2005 a 2008)	58
Gráfico 7 – Nº de projetos aprovados por área do conhecimento – (2005 a 2008).....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A&A	Acompanhamento e Avaliação
ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ASCIN	Assessoria de Cooperação Internacional
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
C&T	Ciência e Tecnologia
C&T&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CTI	Cooperação Técnica Internacional
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CT-HIDRO	Fundo Setorial de Recursos Hídricos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Agropecuária
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MOU	Memorandos de Entendimentos
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUDI	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
PALOP's	Países de Língua Oficial Portuguesa
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
P&D&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROÁFRICA	Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NOS DISCURSOS TEÓRICOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	16
1.1 Cooperação Internacional na Abordagem do Realismo.....	19
1.2 Cooperação Internacional na Abordagem da Interdependência	21
2. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	26
2.1 Conceituação da Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia	27
2.2 Importância Estratégica do Conhecimento Científico e Tecnológico	29
3 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	34
3.1 Cooperação Internacional em C&T Entre Países em Desenvolvimento.....	34
3.2 Cooperação Internacional como Estratégia da Política Externa Brasileira	37
4 PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TEMÁTICA EM MATÉRIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - PROÁFRICA	41
4.1 O programa PROÁFRICA	42
4.2 Características dos Editais	47
4.2.1 Demanda dos Editais	49
4.3 Análise e Interpretação dos Dados dos Editais	52
4.4 Conclusão da Análise dos Dados dos Editais	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	66

INTRODUÇÃO

No período pós Segunda Guerra Mundial o sistema das relações internacionais incentivou os Estados a estabelecerem regras e comportamentos no sentido de cooperarem entre si. A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, marca a busca pela prevenção de conflitos internacionais e pela cooperação de forma ampla. O final do conflito deixou um grande saldo de vidas perdidas, cidades destruídas e desgastes das relações entre os Estados.

É neste cenário que a cooperação se desenvolve e constrói suas bases dando início as atividades de cooperação internacional, como mecanismo auxiliar do desenvolvimento. Logo após o conflito, a atenção da ONU voltava-se para a reconstrução da Europa e ao desenvolvimento dos países que se encontravam devastados pela guerra. Desde então a cooperação internacional passou a ocupar lugar de destaque nos debates das Relações Internacionais.

A Carta das Nações Unidas, assinada em 1945 estabeleceu a criação de princípios que promovessem a paz, a segurança e a harmonia entre os povos preconizando que “os Estados devem cooperar entre si para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião”.¹

Neste contexto, as teorias das Relações Internacionais ajudam a explicar a relevância adquirida pela cooperação internacional como ferramenta de relacionamento entre os diversos atores do sistema internacional. Com a crescente complexidade das relações internacionais, as formas de explicar essa realidade se diversificaram. Se isoladamente as teorias não conseguiam dar conta de elucidar as relações vigentes no ambiente internacional, quando relacionadas e contrapostas conseguem se aproximar mais das motivações que impulsionam os atores do sistema internacional a agirem de forma cooperativa.

¹ A Carta das Nações Unidas foi assinada em São Francisco, em 26 de junho de 1945, após o término da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional, entrando em vigor em 24 de outubro daquele mesmo ano.

Assim, as teorias sobre a crescente interdependência entre os diversos atores do sistema internacional, ajudam a explicar a relevância adquirida pela cooperação internacional como ferramenta de relacionamento e desenvolvimento mútuo no ambiente internacional.

No cenário internacional definido pelas mudanças tecnológicas e pela globalização, o conhecimento tornou-se a principal riqueza das nações. O progresso tecnológico e a competição internacional implicam em investimentos em ciência, tecnologia e inovação para que os países alcancem o desenvolvimento econômico e social. Neste cenário é possível constatar a crescente importância que assumem a produção e difusão dos conhecimentos e da geração de inovações, como um meio de garantir a soberania e sobrevivência dos países, desenvolvendo suas vocações tecnológicas e criando condições para a almejada prosperidade econômica e social.

O mundo vive hoje uma fase de aceleração do progresso científico e tecnológico sem precedentes, com implicações diretas sobre o espaço econômico e político-militar. O aumento dos investimentos e da capacidade de pesquisa no mundo industrializado aumenta a distância entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento no que diz respeito ao conhecimento científico-tecnológico e, em última análise, ao controle dos processos de inovação produtiva.

Neste novo cenário, a Cooperação Internacional em C&T torna-se um instrumento importante na promoção de desenvolvimento e um mecanismo de estreitamento das relações entre países, contribuindo para o processo de desenvolvimento sócio-econômico, configurando-se como um importante instrumento auxiliar das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico e no fortalecimento das potencialidades dos países e na superação de suas próprias limitações como é o caso dos países da África.

Portanto, considerando a relevância da cooperação internacional em C&T como um instrumento fortalecedor das capacidades dos países em desenvolvimento, faz-se necessário um aprofundamento no estudo sobre o tema. A bibliografia sobre as diversas formas de cooperação como a cooperação técnica, econômica, financeira e militar, temas predominantemente articulados nas nações desenvolvidas, é extensa, porém, relativamente poucos são pautados na cooperação científica e tecnológica.

O Brasil tem usado a cooperação internacional em C&T como forma de ajudar os países em desenvolvimento. O governo brasileiro tem privilegiado a aproximação e o estabelecimento de parcerias com países em desenvolvimento, notadamente com os países latino-americanos e africanos. A cooperação internacional, do ponto de vista da política brasileira, é um instrumento de reforço dos laços Sul-Sul, com importante papel na redução das assimetrias sociais e econômicas e na valorização das posições dos países em desenvolvimento.

O objetivo do presente trabalho é entender como a cooperação internacional em C&T pode ser utilizada como mecanismo auxiliar de desenvolvimento, dando aos países o direito ao desenvolvimento por meio de transferências de conhecimento e tecnologias. O trabalho propõe uma abordagem da cooperação internacional no processo de desenvolvimento, tendo como base a cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a África. A partir desse intuito a hipótese levantada é de que a cooperação internacional em C&T, pode tornar-se um mecanismo de fortalecimento das potencialidades dos países africanos promovendo a redução das assimetrias sociais e econômicas.

Para a consecução do objetivo proposto a metodologia utilizada na pesquisa foi a revisão bibliográfica em livros, artigos de revistas científicas e páginas eletrônicas, além de documentos reservados aos servidores da Assessoria de Cooperação Internacional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ainda, os documentos referente ao Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia – PROÁFRICA, disponível no site do Conselho.

Dessa forma, será realizada uma análise do PROÁFRICA. O programa é coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT e operacionalizado pelo CNPq. O programa tem por objetivo contribuir para a elevação da capacidade científica e tecnológica dos países africanos, por meio do financiamento da mobilidade de cientistas e pesquisadores.

O fato de trabalhar na área de ciência e tecnologia, mas especificamente no CNPq, despertou o meu interesse em vincular o trabalho de conclusão do curso de Relações Internacionais a um Programa do CNPq na área de Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia. Dessa forma, surgiu a idéia de pesquisar o caso do Programa PROÁFRICA entre o CNPq e a África, cujos países também sempre me despertaram interesse. O PROÁFRICA

tem por objetivo a intensificação dos esforços cooperativos de pesquisa científica e tecnológica entre Brasil e África na área de C&T.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, tem lançado anualmente, desde 2005, editais públicos do PROÁFRICA. Portanto, verifica-se uma importante atuação do Conselho como agência de fomento na política científica e tecnológica, sobretudo no que se refere à política de governo como estratégia de aproximação com os países africanos, contribuindo assim, para uma distribuição mais justa da riqueza como um caminho para se chegar ao equilíbrio de forças e a democracia.

No primeiro capítulo, intitulado “**A cooperação Internacional nos discursos teóricos das Relações Internacionais**” será apresentado o referencial teórico que justifica o papel da cooperação internacional no contexto das Relações Internacionais, mais especificamente nas abordagens do realismo e da interdependência. Desta forma, serão examinadas as características básicas do realismo e da interdependência enquanto correntes teóricas e os respectivos argumentos para explicar a ocorrência - ou não – da cooperação internacional. O fato do escopo do trabalho ser limitado às abordagens realista e da interdependência justifica-se pelo fato das duas abordagens serem as duas correntes que, com maior profundidade, se dedicaram ao tema da cooperação internacional e apesar de possuírem análises distintas sobre as causas e consequências da cooperação internacional, ambas partem dos mesmos pressupostos epistemológicos e são fundadas na tradição positivista².

No segundo capítulo, intitulado “**Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia**” abordaremos as definições e as características da cooperação internacional em C&T apresentado um panorama da sua relevância como mecanismo de desenvolvimento no cenário internacional, definido pelas mudanças tecnológicas e pela globalização. Apresentaremos ainda a importância do conhecimento científico e da capacitação tecnológica, como papel fundamental na autonomia e soberania dos países na incessante busca das nações pelo seu desenvolvimento e como uma forma de amenizar as desigualdades sociais.

² A tradição Positivista preocupa-se em descobrir, graças ao raciocínio e à observação, suas leis efetivas e a explicação dos fatos. Augusto Comte (1798-1857) foi o seu mais influente seguidor.

O terceiro capítulo, intitulado **“Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a África”**, apresenta aspectos da cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e os países africanos e como a política africana do Brasil, tem sido utilizada no contexto de um Estado que procura atualmente, ganhar um maior protagonismo internacional. Ainda que as motivações políticas para o estabelecimento da cooperação não sejam o objeto principal deste trabalho, não se pode desconsiderar a questão do interesse político por trás dos programas de cooperação internacional. Desta forma neste capítulo será apresentada um retrospecto das motivações políticas e estratégias que levaram ao estabelecimento do referido Programa.

O quarto capítulo, intitulado **“O Programa de Cooperação Temática em matéria de Ciência e Tecnologia (PROÁFRICA)”**. O PROÁFRICA tem por objetivo contribuir para a elevação da capacidade científico-tecnológica dos países africanos, por meio do financiamento da mobilidade de cientistas e pesquisadores com atuação em projetos nas áreas selecionadas por sua relevância estratégica e interesse prioritário para a cooperação científico-tecnológica. Neste capítulo será mostrado como é realizada a gestão do Programa, no CNPq, qual o perfil dos editais e dos projetos de cooperação apoiados pelo programa, realizada a partir de dados gerados no período de 2005 a 2008, produzidos e disponibilizados pela Assessoria de Cooperação Internacional do CNPq.

Concluindo o trabalho, será feita uma avaliação sobre o referido Programa, com base nos argumentos das correntes teóricas escolhidas, analisando se o mesmo tem atingido suas expectativas como um mecanismo auxiliar de desenvolvimento e de estratégia política do governo brasileiro, atuando como instrumento de suporte e fortalecimento institucional e regional, mediante a geração e apropriação de conhecimento e a elevação da capacidade tecnológica dos países africanos, visando à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Espera-se com o presente trabalho compreender se a intensificação dos esforços de cooperação internacional entre Brasil e África na área de ciência e tecnologia configura-se como um instrumento auxiliar de promoção do desenvolvimento e como mecanismo de estreitamento das relações entre países. Espera-se, ainda, que o trabalho possa de alguma forma contribuir para o processo avaliativo do PROÁFRICA no CNPq, considerando importância da avaliação para verificação dos resultados efetivos dos projetos apresentados.

1. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NOS DISCURSOS TEÓRICOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No livro *After Hegemony, Cooperation and Discord in the World Political Economy*, Robert Keohane menciona que: “In the study of politics perhaps nothing seem so dismal as writing about international cooperation.” (KEOHANE, 1984).

Inicialmente não houve entendimento do significado da frase onde o autor afirma ser tão sombrio escrever sobre cooperação. No entanto, ao tentar delimitar as abordagens que tratam a cooperação nas Relações Internacionais, verificamos que nas teorias das Relações Internacionais nenhuma delas, isoladamente, consegue explicar o fenômeno da cooperação. No sistema internacional, onde os Estados, como atores egoístas e racionais buscam apenas os seus próprios interesses, explicar a cooperação torna-se uma difícil tarefa. Neste contexto, discorrer sobre discórdia, uma característica mais comum da política mundial, talvez fosse mais encorajador.

Keohane ressalta que:

Cooperation is elusive enough, and its sources are sufficiently multifaceted and intertwined, that it constitutes a difficult subject to study. It is particularly hardy, perhaps impossible, to investigate with scientific rigor. I study it, despite the lack of rich, multi-case data suitable for the testing of hypotheses and despite the relative paucity of relevant theory, because of the normative significance (KEOHANE, 1984).

Compartilhando com o autor, verifica-se que no estudo sobre cooperação as fontes realmente são “multifacetadas” como a própria natureza das Relações Internacionais que é essencialmente multidisciplinar, além disso, se há poucos estudos sobre as diversas formas de cooperação, tais como a cooperação técnica, econômica, financeira e militar, relativamente poucos são pautados na cooperação científica e tecnológica.

Keohane conclui dizendo que: “nenhuma pessoa sensata escolheria a cooperação como tema de estudo e apesar da falta de dados apropriados para o teste de hipóteses e da escassez de teoria relevante, ele escolheu o tema cooperação para editar o livro citado, por causa da sua importância normativa.” (KEOHANE, 1984, p.1, tradução nossa).

No conceito de Robert Keohane, cooperação é “um processo de coordenação de políticas do qual os atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou esperadas dos outros atores”. A existência de interesse compartilhado por parte dos atores não significa que haja sempre uma harmonia de interesses. O que se entende por existência de interesse compartilhado é a possibilidade de cooperação, ou nos casos em que ela não é alcançada, de discórdia. Portanto para o autor, a cooperação demanda um esforço de ajuste nas políticas e depende não apenas no atendimento dos interesses compartilhados, mas de uma possibilidade de discórdia (KEOHANE, 1984).

Ao cooperar estariam os Estados compartilhando interesses e coordenando ações para a resolução de problemas comuns. O fato dos Estados serem independentes e soberanos não significa que devem existir isolados, mas que possam se unir e juntos encontrem meios de coexistir e cooperarem mutuamente. A cooperação acontece quando atores ajustam seu comportamento às preferências dos outros por meio desse processo de coordenação de políticas. Quando os atores não buscam adaptar suas políticas aos objetivos dos outros então não há cooperação. Nessa situação os governos entendem as políticas dos outros países como um obstáculo para a obtenção dos seus próprios objetivos.

Conforme Axelrod e Keohane (1985), a cooperação só tem lugar em situações em que haja um misto de interesses conflituosos e complementares. Em tais situações, a cooperação ocorre quando os atores ajustam seu comportamento conforme as preferências dos outros. Sendo assim, cooperação não equivale a uma situação de harmonia, a qual, pela total identidade de interesses, não necessitaria de cooperação. Cooperação e conflito, portanto, andam juntas.

Portanto, mesmo em situações nas quais os atores compartilham interesses, pode não haver ajuste de políticas, o que levaria a discórdia e não à cooperação. No caso de haver harmonia de interesses ao invés de interesses compartilhados não há necessidade de ajustes de políticas e, conseqüentemente não há cooperação, pois os atores adotarão comportamento adequado às preferências dos demais Estados.

A cooperação nunca é isenta de conflito, ao contrário, a cooperação é repleta de conflito e tentativa de superá-los. Se nesse processo de tentativa de superação de conflitos, cada vez mais se caminhar em direção a um acordo, mas se estará cooperando; mas se o conflito não for superado a discórdia prevalecerá. É necessária a discórdia para que um tema

comum necessite ser tratado em conjunto. Caso houvesse harmonia os interesses seriam alcançados sem necessidade de coordenação.

As teorias das Relações Internacionais buscam entender a realidade do sistema internacional e o comportamento dos Estados em um cenário de constantes mudanças. Se nas teorias clássicas das Relações Internacionais ³ os Estados unitários eram enfocados como atores hegemônicos, hoje não há como negligenciar a variedades de atores e a diversidade de temas em um cenário internacional dinâmico. A imagem dos Estados que agiam de forma egoísta, competindo e buscando apenas poder e interesse nacional foi substituída por Estados que respeitam a soberania um do outro e cooperam entre si.

Desta forma, a necessidade de explicar a ordem em um sistema internacional anárquico no qual se desenrolam as relações internacionais, o fenômeno da cooperação configura-se em um problema tanto para a abordagem realista quanto para a interdependência complexa, já que ambas crêem na anarquia como princípio orientador do sistema internacional.

Com o fenômeno da globalização, o mundo ficou mais integrado e o Estado como ator no cenário internacional perdeu espaço para outros atores que se tornaram agentes capazes de influenciar significativamente o meio internacional. Neste novo cenário das relações internacionais, o tema cooperação internacional adquiriu importância cada vez mais relevante.

Os autores realistas e neo-realistas avaliaram as motivações para a cooperação internacional analisando o sistema internacional por meio da idéia de estado de natureza *hobbesiano*, no qual a sobrevivência e a segurança estatal determinam as políticas externas e as cooperações internacionais. A cooperação internacional serviria para os Estados manterem seu poder e crescimento, para conseguirem influência política, prestígio, vantagens estratégicas e intensificação do comércio (JACKSON e SORENSEN, 2007).

Ao contemplar pressupostos realistas, a interdependência privilegia a complementaridade das teorias das Relações Internacionais para a compreensão dos temas

³ As teorias clássicas são também chamadas de paradigmas clássicos das relações internacionais são consideradas positivistas e descendem das teorias políticas e econômicas: Realismo, Idealismo, e Liberalismo (SARFATI, 2005).

atuais da agenda internacional. Considerando que o estudo será limitado às abordagens realista e da interdependência, na próxima seção será apresentado os argumentos de ambas as correntes sobre as possibilidades de cooperação, sem prender-se a análise dos autores individualmente.

1.1. Cooperação Internacional na abordagem do Realismo

Por realismo compreende-se a abordagem segundo a qual as relações internacionais se referem essencialmente aos Estados e suas interações. É possível identificar suas origens já nas obras de Maquiavel (*O Príncipe*) e Thomas Hobbes (*Leviatã*). Apesar dessa tradição histórica foi somente no último pós-guerra que o realismo firmou-se como doutrina exclusiva das relações internacionais. A partir de então, e durante toda a Guerra Fria, a concepção realista predominou praticamente incontestável e foi responsável pela formulação dos mais importantes quadros de análises e explicações dos eventos internacionais (OLIVEIRA, 2003).

Para os defensores desse paradigma a política internacional caracteriza-se pela possibilidade sempre presente de eclodirem conflitos entre os Estados e pelo emprego recorrente da força. Sendo assim, cada Estado procura defender seu território e seus interesses dessas ameaças reais ou potenciais, gerando desconfiança e instabilidade na sociedade internacional. É esta lógica que cria um ambiente propício ao conflito e à guerra, já que o outro é sempre percebido como um inimigo real ou potencial capaz de pôr em risco a integridade dos demais. Por conseguinte, o conflito e a guerra, longe de serem uma anomalia sistêmica, são vistos como uma instituição própria de um sistema anárquico.

A grande diversidade e a ampla riqueza do realismo tornam a tarefa de definir premissas comuns a todas as vertentes do pensamento realista uma tarefa árdua. Contudo, das tradições herdadas de Maquiavel e Hobbes, algumas premissas podem ser consideradas comuns a todos os realistas. Essas premissas são a *centralidade do Estado*, que tem por objetivo central a sua *sobrevivência*, a função do *poder* para garantir essa sobrevivência, seja de maneira independente – no que seria caracterizada a *auto-ajuda* – seja por meio de alianças, e a resultante *anarquia* internacional (NOGUEIRA & MESSARI, 2005).

Na visão dos realistas a principal função do Estado, como ator unitário e racional das relações internacionais é manter a paz dentro das suas fronteiras e a segurança de seus

cidadãos em relação a agressões externas e buscam maximizar seu poder e sua segurança. O Estado na visão dos realistas, teria o monopólio do uso legítimo da força e usam a racionalidade na defesa dos interesses nacionais.

Segundo Joseph Grieco, para os realistas, “a anarquia internacional fomenta a concorrência e os conflitos entre estados e inibe a sua vontade de cooperar, mesmo quando elas compartilham interesses em comum”. Para o autor a teoria realista apresenta uma análise pessimista sobre as perspectivas de cooperação internacional (GRIECO,1993).

Desta forma a anarquia é entendida na visão realista como a ausência de uma autoridade suprema que possa manter a ordem internacional e para eles a anarquia é o princípio ordenador do sistema internacional e que as relações de poder determinam os eventos internacionais. A consequência da anarquia na visão dos realistas seria de que haveria uma desconfiança permanente entre todos, como no estado de natureza *Hobesiana*, o que dificultaria a possibilidade de confiança e cooperação no sistema internacional. Assim, para os realistas a cooperação internacional é dificultada pela incerteza presente no sistema internacional, consequência das condições de anarquia.

Robert Jervis em seu artigo *Realism, Neoliberalism, and Cooperation: Understanding the Debate*, reconhece que as correntes realista e liberal focam suas análises na crença da anarquia como principio orientador do sistema internacional, composto por atores egoístas e racionais. Segundo ele, “o que diferencia as duas correntes é a interpretação sobre as consequências e possibilidades oriundas da ausência de um poder hierarquicamente superior e supranacional, capaz de criar as regras do jogo internacional.” (JERVIS, 1999).

Assim, os realistas tendem a enxergar a política mundial como sendo mais cheia de conflitos do que na realidade, ou seja, política mundial é uma constante e incessante batalha por sobrevivência, enquanto que os liberais tendem a enxergar mais cooperação do que de fato existe.

Dessa forma podemos entender que tanto a corrente realista como a liberal, focam suas análises na crença da anarquia e que a diferença fundamental sobre a anarquia para as duas abordagens está nas possibilidades e nos requisitos necessários para transformar esse potencial cooperativo em cooperação de fato.

Na abordagem realista a motivação principal dos Estados é a busca por poder e o comportamento de um Estado pode ser compreendido apenas em termos de sua relação com outro Estado e as interações entre outros autores não são relevantes. A política internacional caracteriza-se no realismo, pela possibilidade sempre presente de eclodirem conflitos entre os Estados e pelo emprego recorrente da força.

Assim, cada Estado procura defender seu território e seus interesses dessas ameaças reais ou potenciais, gerando desconfiança e instabilidade na sociedade internacional. É esta lógica que cria um ambiente propício ao conflito e à guerra, já que o outro é sempre percebido como um inimigo real ou potencial capaz de pôr em risco a integridade dos demais. Como no estado de natureza *hobbesiano*, na anarquia internacional, nenhum Estado pode contar total ou parcialmente com outros Estados para sua defesa e para sua própria segurança.

Para os realistas, a cooperação é dificultada pela incerteza no sistema internacional, consequência das condições de anarquia. Entretanto a perspectiva realista admite a existência de cooperação mesmo sob condição de anarquia e apresenta uma explicação para a sua ocorrência a partir da Teoria da Estabilidade Hegemônica, afirmando que a hegemonia pode conduzir a cooperação internacional. Segundo essa teoria uma autoridade hegemônica pode atuar como uma autoridade na esfera internacional para garantir o respeito às normas e assegurar a estabilidade do sistema.

Portanto, ao assumirem que o sistema internacional é anárquico e que sempre terá esta característica, os realistas não querem dizer que não existem formas de buscar arranjos internacionais que diminuam a insegurança estatal. Para eles o fato de não haver um poder central capaz de determinar e fazer cumprir um conjunto de regras que garantam a cooperação entre os membros, não significa que a desordem passará a conformar todos os comportamentos e que a cooperação estará constantemente limitada.

1.2. Cooperação Internacional na abordagem da Interdependência

Após as transformações ocorridas no cenário internacional ao final da Guerra Fria, uma nova corrente que vai questionar as conclusões derivadas dos pressupostos do realismo, começa a ganhar força. O equilíbrio de poder entre os grandes atores e a segurança dos Estados, tradicional item da agenda internacional, foi alterada devido à nova realidade. Surge

então, a abordagem da interdependência que oferece um referencial teórico sobre como o comportamento dos Estados afeta a política internacional.

Reconhecendo a insuficiência do modelo realista, mas não o descartando totalmente, Robert O. Keohane e Joseph S. Nye, ao proporem o modelo da interdependência, buscaram identificar e analisar os novos matizes da política internacional e a forma como eles interferiam no comportamento dos Estados. Desta forma, acentuam que “para compreender o mundo atual, precisa-se compreender ambos os pontos de vista realista e idealista da política mundial. Precisa-se estar apto a pensar sobre ambos os tipos ideais ao mesmo tempo. Nem o realismo nem a interdependência existem ambos são ideais.” (OLIVEIRA, 2003).

Em sua concepção, a teoria da interdependência, afirmava que o realismo não possibilitava mais a compreensão na política mundial, em um mundo complexo e interdependente e que sua teoria complementaria o realismo ao incorporar as mudanças nas formas em que o poder era exercido contemporaneamente. Considerando o fato dos Estados não serem mais os atores centrais das relações internacionais, o realismo encontraria grandes dificuldades para explicar o novo contexto das relações internacionais.

No entender de Keohane e Nye, a “dependência significa um estado em que se é determinado ou significativamente afetado por forças externas. Interdependência, em sua definição mais simples, significa dependência mútua. Em política mundial, interdependência se refere a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países”. A partir dessa compreensão pode-se afirmar que onde existem efeitos de custo recíproco na relação entre dois ou mais países distintos, há interdependência, a qual, não necessariamente, será vantajosa para todos os envolvidos, uma vez que nada assegura que as relações denominadas interdependentes sejam caracterizadas pelo benefício mútuo (KEOHANE & NYE, 2001).

Ainda na visão dos autores, a interdependência afeta a política mundial e o comportamento dos Estados, mas ações governamentais também influenciam os padrões de interdependência. Ao criar ou aceitar procedimentos, regras ou instituições para certos tipos de atividade, governos regulam e controlam relações transnacionais e interestatais.

A interdependência busca compreender tanto as raízes políticas do processo de globalização quanto à forma como as suas complexas variáveis como o poder, a segurança, a

hegemonia e principalmente a cooperação, interagem entre si. “As bases desse novo paradigma não são novas. O que há de novo é o modo de ver a realidade global de nossos dias, diferente daquela que originou o desenvolvimento do paradigma realista, que se apegou ao princípio da segurança nacional e das forças militares, do Estado como único ator relevante das relações internacionais.” (OLIVEIRA, 2003).

A abordagem da interdependência trouxe de volta ao centro dos debates o papel das organizações internacionais que surgem não para reduzir a presença do Estado no exercício de um número cada vez maior de tarefas, mais sim de criar condições favoráveis à cooperação entre os Estados em um mundo mais cooperativo em função do aumento das interconexões globais.

Portanto, para os liberais, a cooperação seria possível, pois existe uma multiplicidade de atores e de interações. A participação é feita com base em mecanismos de confiança mútua e em um cálculo de custo-benefício segundo uma perspectiva histórica.

Em seu livro *After Hegemony*, Keohane incorpora várias proposições realistas à sua perspectiva como abordagem sistêmica, racionalidade, reconhecimento do ambiente anárquico e da centralidade dos Estados como atores e acrescenta o elemento funcionalista à discussão sobre regimes, ou seja, a expectativa gerada por seus efeitos explica sua causa:

International regimes perform the function of establishing patterns of legal liability, providing relatively symmetrical information, and arranging the costs of bargaining so that specific agreements can more easily be made. Regimes are developed in part because actors in world politics believe that with such arrangements they will be able to make mutually beneficial agreements that would otherwise be difficult or impossible to attain. (KEOHANE, 1984).

O autor ressalta o fato da cooperação internacional, e, portanto as instituições que a tornam possível, possibilitar ganhos para todos. Cooperar é um modo de corrigir a anarquia. Acordos mutuamente benéficos a todos são feitos por conta da incerteza acerca do comportamento dos demais. Dessa forma os regimes internacionais exercem a função de estabelecer padrões de responsabilidade legal desses acordos, considerando que acordos mutuamente benéficos são difíceis ou impossíveis de alcançar.

É possível que os Estados cooperem em um mundo anárquico, onde há ausência de hierarquia de poder, de centralização, enfim, de um governo mundial? Essa resposta é

buscada pela interdependência na criação de instituições internacionais, as organizações internacionais e os regimes internacionais, cuja função é criar um ambiente que favoreça a cooperação entre os Estados e desestime os conflitos.

Na interdependência as instituições internacionais têm o potencial de facilitar a cooperação. Isto não significa dizer que as instituições sempre facilitam a cooperação, pois uma variedade de instituições internacionais, como as alianças militares são desenhadas como meios para prevalecer nos conflitos militares e políticos. Além disso, pode haver cooperação em uma estrutura institucional mínima. Todos os esforços de cooperação internacional têm lugar dentro de um contexto institucional, no qual pode ou não facilitar ou não a cooperação. As instituições internacionais são definidas por Keohane “como conjuntos de regras formais e informais, persistentes e conectadas, as quais prescrevem papéis de conduta, restringem a atividade e configuram as expectativas (KEOHANE, 1984).

As instituições podem estimular a cooperação entre atores racionais egoístas na medida em que reduzem incertezas, diminuem o custo das transações, provêem informações e estabilizam expectativas, modificando assim a relação custo/benefício. As instituições tornam possível a cooperação e possibilitam ganhos para todos. Cooperar é um modo de corrigir a anarquia. Acordos benéficos a todos não são feitos por conta da incerteza acerca do comportamento dos demais. Keohane credita às instituições papel relevante enquanto resultado e, também, fomento da cooperação. Trata-se da crença na capacidade de cooperação entre Estados e, sobretudo, na probabilidade de que atores, de fato, cooperam.

Desta forma, o conceito de Keohane inicialmente citado neste trabalho, definindo a cooperação internacional como um processo de coordenação política entre os Estados, busca responder por que os Estados cooperam em um sistema anárquico e pressupõe que este comportamento é direcionado por um objetivo, o que permite o ajustamento das políticas dos atores, e, sendo assim, os Estados ao cooperarem teriam melhores resultados do que se não o fizessem.

O comportamento dos Estados em um cenário de interdependência deve estar voltado para a cooperação, pois suas ações isoladas não mais determinam políticas suficientemente capazes de alterar o quadro complexo trazido pela interdependência. Neste contexto, as teorias sobre a crescente interdependência entre diversos atores tentam explicar a relevância adquirida pela cooperação internacional como mecanismo de relacionamento e

desenvolvimento mútuo, onde os Estados devem se articular para elevar a competitividade e enfrentar os desafios.

Neste cenário de interdependência, a competição mundial exige a criação de estruturas de alianças que possibilitem o avanço em conjunto para enfrentar as incertezas do futuro. No entanto essas alianças só ocorrerão houver, conforme Keohane, “um processo de coordenação de políticas do qual os atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou esperadas dos outros atores” (KEOHANE, 1984).

É neste cenário que a ciência e a tecnologia têm um papel fundamental na autonomia e soberania dos países, na incessante busca das nações pelo seu desenvolvimento e competitividade em um mundo globalizado. A necessidade de alcançar um nível de domínio científico e tecnológico que permita garantir a soberania nacional, bem como desenvolver as vocações tecnológicas rumo à prosperidade econômica e social, vem se constituindo no motor propulsor dos países na busca de parcerias internacionais oportunas.

Considerando a importância da cooperação internacional em C&T como mecanismo de desenvolvimento no cenário internacional definido pelas mudanças tecnológicas e pela globalização, no próximo capítulo será apresentada uma análise da importância da Cooperação Internacional em C & T como fator capaz de gerar desenvolvimento científico e tecnológico.

2. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O início das atividades da cooperação internacional, como mecanismo auxiliar do desenvolvimento, ocorreu no final da Segunda Guerra Mundial, na conferência de Bretton Woods, em julho de 1944, quando foram criados o Banco Mundial e o Fundo Monetário - FMI. Foi no cenário pós-guerra que a cooperação se desenvolveu e construiu suas bases dando início as atividades de cooperação internacional científica, como mecanismo auxiliar do desenvolvimento. Logo após o a Segunda Guerra Mundial, a atenção da ONU voltava-se para a reconstrução da Europa e ao desenvolvimento dos países que se encontravam devastados pela guerra.

Segundo informações constantes do site da Agência Brasileira de Cooperação:

As primeiras iniciativas de estruturação da cooperação internacional regular como um todo (científica, técnica e tecnológica) foram motivadas pelas Nações Unidas devido à necessidade de reconstruir os países afetados pelo conflito e de acelerar o desenvolvimento dos países menos industrializados. A expressão “assistência técnica” foi instituída, em 1948, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, que a definiu como a transferência, em caráter não comercial, de técnicas e conhecimentos, mediante a execução de projetos que seriam desenvolvidos em conjunto entre atores de nível desigual de desenvolvimento, envolvendo peritos, treinamento de pessoal, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas.”⁴

Ainda segundo o site da ABC, em 1959, a Assembléia Geral da ONU decidiu rever o conceito de “assistência técnica”, substituindo a expressão por “cooperação técnica”, termo que era propício para definir uma relação que, se por um lado pressupõe a existência de partes desiguais, por outro representa uma relação de trocas, de interesses mútuos entre as partes.

Vários países desenvolvidos, instados pelas Nações Unidas, engajaram-se nos programas de cooperação, que tiveram continuidade mesmo após a etapa de reconstrução dos países mais afetados pela guerra. Neste cenário, a cooperação prestada pelos organismos internacionais passou a apresentar grande atrativo quando comparada à cooperação bilateral, que freqüentemente limitava os assuntos passíveis de apoio pela cooperação técnica em função de políticas específicas dos países doadores. Os

⁴ Agência Brasileira de Cooperação -MRE - **Histórico da Cooperação Técnica Brasileira** - Disponível em : <http://www.abc.gov.br/ct/historico.asp> - Acesso em 25Set2010

organismos internacionais - com destaque para o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD) e para a *Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial* (ONUDI) - viabilizaram a capacitação dos países em desenvolvimento em áreas estratégicas, recrutando especialistas disponíveis no mercado internacional para atuar nos projetos definidos e apoiando financeiramente sua implementação.⁵

Desta forma, a cooperação internacional configura-se como um instrumento auxiliar de promoção do desenvolvimento nacional e um importante mecanismo de estreitamento das relações entre países. Para contribuir para o processo de desenvolvimento sócio-econômico.

2.1. Conceituação da Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia

Nas Relações Internacionais, a utilização de termos e definições colabora para o entendimento dos fenômenos e facilita o entendimento das peculiaridades observadas na interação dos atores no cenário internacional. Nesse sentido, o conceito de cooperação internacional em Ciência e Tecnologia (C&T), de acordo com a definição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pode ser entendido como:

Cooperação internacional em C&T é todo e qualquer compartilhamento de conhecimento entre dois (ou mais) cidadãos de diferentes nações, inserido em um contexto de convenções mutuamente aceitáveis, que possibilitem o intercâmbio desse conhecimento (HOLBROOK, apud MORGANTTI, 2005 p.23).

As convenções citadas acima são os acordos internacionais de cooperação científica e tecnológica e os Memorandos de Entendimentos (MOU), que permitem o apoio institucional dos Estados para realização de projetos de pesquisa em parceria, podendo ou não compreender laboratórios internacionais de pesquisa.

Ainda segundo Morgantti:

A cooperação científica e tecnológica se caracteriza pelo trabalho conjunto entre pesquisadores, grupos ou organizações (empresas, institutos de pesquisa, universidades, etc.), orientados por objetivos comuns, podendo ou não estar emoldurada em documentos legais – acordos, protocolos e convênios – ou ocorrer fora de um marco formal, dentro de projetos de pesquisa implementados pela simples vontade dos pesquisadores” (ALVES, apud MORGANTTI, 2005 p.23).

⁵ Agência Brasileira de Cooperação -MRE - **Histórico da Cooperação Técnica Brasileira** - Disponível em: <http://www.abc.gov.br/ct/historico.asp> - Acesso em 25Set2010 .

Assim, o trabalho conjunto com pesquisadores e grupos ou organizações é visto como um valioso instrumento de avanço do conhecimento, de inserção de um grupo ou instituição na comunidade científica e tecnológica internacional, e de promoção da inovação, busca de objetivos comuns. A cooperação internacional em C&T é amplamente destacada como meio para promover o desenvolvimento de capacidades científicas e tecnológicas.

Os atores da Cooperação Internacional em C&T são os cientistas, as instituições de pesquisa, as universidades, as empresas e outros agentes do setor privado e o Estado, representado pelas instituições de formulação, gestão de políticas de C&T e as agências financiadoras dos programas de cooperação. Todos desempenham papéis importantes e indispensáveis ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Segundo Rafael Duarte, uma das características principais da Cooperação Internacional em C&T é que ela se apóia em três pilares fundamentais: os cientistas, o conhecimento e o Estado. Os cientistas contribuem com a curiosidade e a capacidade de gerar e disseminar o conhecimento em C&T. Esse conhecimento se torna um alicerce da cooperação internacional no momento em que assume um caráter específico, não-universal, além de ser o objeto a ser trabalhado pelos homens da ciência e, ao mesmo tempo, objetivo de uma proposta de Estado para solucionar problemas que se apresentam ao seu desenvolvimento. (DUARTE, 2008).

Portanto, os cientistas, o conhecimento e o Estado são os responsáveis pelo o desenvolvimento da cooperação internacional em C&T e todos exercem papel fundamental para encadear as novas descobertas científicas ao sistema de geração e transferência de tecnologias inovações para a sociedade, chamado de Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.⁶

Ainda segundo o autor, o Estado é o ator que torna possível o desenvolvimento científico e tecnológico proveniente das atividades de cooperação internacional. “Seu papel perpassa todos os demais atores, pois é capaz de financiar grandes empreendimentos científicos de longo prazo ou incentivar a formação e capacitação de recursos humanos, sendo

⁶ O Sistema Nacional de C&T e Inovação é formalmente definido como “uma rede de instituições nos setores público e privado, cujas atividades e interações iniciam, geram, importam, modificam e difundem novas tecnologias” (SAENZ & SOUZA-PAULA, 2001).

o único ator que pode celebrar acordos de cooperação internacional com outros países” (DUARTE, 2008).

Desta forma, apesar da importância dos cientistas e do conhecimento, o Estado é ator indispensável, pois cabe a ele viabilizar investimentos públicos e privados para a construção de estrutura de pesquisa necessária ao desenvolvimento em C&T, além de promover a cooperação internacional por meio de políticas públicas.

2.2. Importância estratégica do conhecimento científico e tecnológico

Com as crescentes mudanças nas relações internacionais e com um cenário altamente competitivo da atual economia mundial, a identificação e o estímulo a novas oportunidades, a cooperação internacional, vêm atingindo um papel cada vez mais relevante no processo de desenvolvimento econômico. Com a velocidade da evolução das descobertas tecnológicas e os limitados recursos destinados à pesquisa torna-se necessário que os países identifiquem e concretizem parcerias estratégicas que contribuam para o desenvolvimento de suas capacidades científicas e tecnológicas e promovam o desenvolvimento e bem-estar das populações, o que passa a ser um objetivo deliberado da cooperação entre as nações.

O conhecimento científico é dominado, armazenado, organizado e gerado, quase em sua totalidade, nas universidades e nos institutos de pesquisa científica. O acesso a esse conhecimento é garantido através do ensino, das publicações e da transmissão direta. A necessidade da interação surge, na área científica, quando o setor produtivo precisa absorver uma tecnologia nova para ele, ou quando o setor científico desenvolve conhecimentos novos que podem ter aplicações práticas.

A transferência de novos conhecimentos científicos exige ou a interação direta com o setor produtivo ou a interação com os setores tecnológicos da universidade ou dos institutos de pesquisa. Embora ainda rara no Brasil, esta situação deverá se tornar cada vez mais frequente. A inexistência da interação acabará por fazer com que as inovações correspondentes surjam no exterior, trazendo um prejuízo sério para a sociedade brasileira em termos de criação de riqueza e de empregos.

O conhecimento científico e tecnológico constitui um fator de produção fundamental para a competitividade das economias e para nortear as decisões em busca de amenizar as desigualdades sociais. Investimentos de longo prazo em ciência e a tecnologia viabilizarão o futuro das

universidades, centros e instituições de pesquisas. Nesse sentido, é crescente a importância de cooperação científica e tecnológica na agenda internacional das nações, respondendo a legítima demanda de desenvolvimento e de inserção internacional em uma economia global (LAFER, 1984).

Ainda segundo o autor, o conhecimento científico e a capacitação tecnológica têm um papel fundamental na autonomia e soberania dos países, na incessante busca das nações pelo seu desenvolvimento e competitividade em um mundo globalizado.

Portanto, não se pode negar a importância estratégica que o saber científico e tecnológico e, acima de tudo, os mecanismos que servem à sua transferência, vêm assumindo na nova realidade mundial. O grau de acesso ao conhecimento, em última análise, determina a capacidade de uma nação de inserir-se, de maneira positiva, no atual contexto internacional, onde o uso da informação e conhecimento científico e tecnológico torna-se mais do que nunca, um instrumento de poder.

Segundo Souza Paula, de modo especial, quando se trata do conhecimento científico, de tecnologias e da inovação, campo cada vez mais associado ao desempenho comercial e ao poder econômico das nações, “tornar a cooperação um efetivo instrumento de desenvolvimento exige que, em primeiro lugar, se identifiquem oportunidades criadas por interesses comuns, mas, sobretudo, que estes possam se transformar em objetivos comuns de cooperantes no âmbito de programas ou projetos específicos.” (SOUZA, VELHO, ALVES, 2001).

Desta forma, a cooperação internacional em C&T se constitui em um instrumento estratégico no desenho de políticas para a realização de atividades conjuntas de pesquisa. A cooperação internacional em C&T contribuiu para o fortalecimento e complementação das capacidades científicas e tecnológicas, necessárias para um desenvolvimento sustentável, facilitando assim, o acesso à informação e à difusão de novas tecnologias.

De acordo com o catálogo da Agência Brasileira de Cooperação:

A cooperação internacional tem sido fator de aproximação entre os povos, o papel principal desta atividade tem sido conduzido pelos próprios chefes de Estado e suas altas administrações. As visitas dos governantes aos países com os quais mantêm laços de amizade são sempre uma ocasião propícia para incluírem na pauta de negociação, itens relacionados à C&T, como

meio de reforçar suas economias e posições comerciais e geopolíticas ao redor do mundo.⁷

No Brasil, as instituições e os programas que coordenam a cooperação internacional são vistos como promissores, pois indica que a cooperação internacional se constitui numa área de ação permanente e consolidada do Estado brasileiro, deixando de ser apenas um conjunto de ações ou iniciativas de governos. A criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), é um exemplo de como as instituições aliada ao Estado, permitem que iniciativas variadas de cooperação sejam tomadas dentro do amplo espectro de possibilidades oferecidas pela cooperação internacional, tornando necessária uma agência que possa coordenar as ações que se originam nessas diferentes instâncias.

Cabe aqui esclarecer que a ABC tem como atribuição negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de Cooperação Técnica Internacional (CTI), executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais. A cooperação internacional em C&T, modalidade de cooperação da qual se trata o presente trabalho, é de responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que coordena a política nacional de ciência, tecnologia e inovação, o que será visto com maiores detalhes no capítulo quatro.⁸

Ainda a título de esclarecimento, a cooperação em C&T diferencia-se da cooperação técnica internacional, por trata-se de um “instrumento específico pelo qual países e/ou organismos internacionais transferem conhecimentos e técnicas dentro de um processo planejado de mudanças, associado às prioridades de desenvolvimento sócio-econômico e articulado com a política externa do País”.⁹

Segundo Eitti Sato, os programas de cooperação internacional em C&T podem representar uma dimensão de longo prazo da política externa dos países:

Os programas de cooperação em C&T, permitem a construção de práticas e instituições que dão coerência, estabilidade e segurança nas relações

⁷ Catálogo da Agência Brasileira de Cooperação - Publicado pelo Ministério das Relações Exteriores - MRE em Junho de 2009. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/publicacoes/publicacoesCatalogo2009.asp>.

⁸ Catálogo da Agência Brasileira de Cooperação - Publicado pelo Ministério das Relações Exteriores - MRE em Junho de 2009. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/publicacoes/publicacoesCatalogo2009.asp>.

⁹ Agência Brasileira de Cooperação - Cooperação técnica. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/ct/ct.asp>. Acesso em: 22set2010

externas dos países. Por natureza, a parte mais significativa da cooperação é constituída de programas de longo-prazo tanto na sua execução quanto nos benefícios esperados. Educação, ciência e tecnologia são, tipicamente, temas que integram programas de cooperação internacional (SATO, 2010).

Ainda segundo o autor, os programas nas áreas citadas acima demandam, geralmente, anos para que os primeiros resultados se tornem visíveis, muito embora os desembolsos requeridos sejam imediatos. Assim, do ponto de vista da lógica da política, os programas de cooperação geralmente estão constantemente pressionados pela demandas de curto-prazo.

As expectativas em torno dos resultados da cooperação internacional em C&T derivam da necessidade dos esforços de pesquisadores, instituições de pesquisa e desenvolvimento e de empresas motivadas pela cooperação que buscam desenvolver capacidades próprias. Esse esforço organizado envolvendo dois ou mais países, com vistas ao desenvolvimento de determinadas atividades, acesso a informações, tecnologias e metodologias, a serviços especializados, a fatores escassos, promovem ou aceleram o desenvolvimento de processos e produtos.

Desta forma, a cooperação em C&T, configura-se como um instrumento capaz de dotar as instituições nacionais de capacitação científica e tecnológica, necessária para que os países realizem seus propósitos de desenvolvimento, na medida em que ela é capaz de dotar as instituições nacionais da capacitação científica e tecnológica necessária para atender às exigências impostas pela nova economia mundial e de contribuir para sanar as limitações internas.

Existe uma grande distância entre países desenvolvidos, em desenvolvimento e países pobres e a defasagem tecnológica entre eles é tão grande, que de tal forma a simples transferência de tecnologia não resolve os problemas estruturais gerados dessa divisão, sendo necessário criar uma capacidade interna para absorver e transformar conhecimento em soluções para os problemas nacionais e porque não internacionais. É nesse sentido, que a cooperação internacional em C & T torna-se uma alternativa altamente viável para encurtar essa distância, seja na formação de recursos humanos para a ajuda internacional na construção de centros de pesquisa ou na geração e transferência de conhecimento e tecnologias.

O Brasil pode contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico dos países africanos nos setores que se encontram em significativo atraso em relação ao nosso

país. Por intermédio da cooperação internacional em C&T, o Brasil e poderá fortificar as relações, ampliando seus intercâmbios, gerando e disseminando conhecimentos e, sobretudo, capacitando seus recursos humanos e o fortalecendo suas instituições.

Dessa forma, a cooperação internacional passa ser um componente estratégico da política externa brasileira, como mecanismo de inserção do país no cenário internacional. Ainda que as motivações da política externa brasileira para o estabelecimento da cooperação não seja o objeto principal deste trabalho, não se pode desconsiderar completamente a questão dos interesses por trás do estabelecimento dos programas de cooperação.

Assim, no capítulo seguinte será conduzida uma rápida revisão bibliográfica sobre as motivações do governo brasileiro no estabelecimento da cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a África e a criação do Programa CNPq/PROÁFRICA.

3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A nova realidade mundial divide-se entre os países industrializados que conquistaram o desenvolvimento por meio de maciços investimentos em tecnologia e do outro se encontram as nações de economia periférica, sem acesso ao *know-how* tecnológico, como única forma de vencerem o *gap* que as separa de seus parceiros ricos e as desqualifica, tanto nas relações de troca quanto no processo de desenvolvimento. O aumento dos investimentos e da capacidade de pesquisa no mundo industrializado aumenta cada vez mais a distância entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento no que diz respeito ao conhecimento científico-tecnológico e, em última análise, ao controle dos processos de inovação produtiva.

Nessa nova realidade a ciência e a tecnologia constituem instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, crescimento econômico, geração de emprego e renda e a democratização de oportunidades. A cooperação internacional em C & T, neste contexto, não significa apenas ajuda mútua entre governos e entre instituições pertencentes a diferentes países. Ela tem um sentido muito mais amplo e significa que governos e instituições devem trabalhar juntos, tomando decisões conjuntas na formulação de programas que levam em consideração benefícios que podem ser estendidos não apenas para uma sociedade, mas até mesmo para toda a comunidade internacional.

3.1. Cooperação Internacional em C&T entre países em desenvolvimento

O governo brasileiro tem privilegiado a aproximação e o estabelecimento de parcerias com países em desenvolvimento, notadamente com os países latino-americanos e africanos. A cooperação internacional, do ponto de vista da política brasileira, é um instrumento de reforço dos laços Sul-Sul, com importante papel na redução das assimetrias sociais e econômicas.

A tentativa de superação dessas assimetrias reside em um novo modelo de cooperação internacional, que seja autêntica *cooperação* e não mera *ajuda*. Trata-se da cooperação horizontal, na qual se percebe uma relação, se não de igualdade, de proximidade, entre os Estados envolvidos. “A cooperação horizontal refere-se à cooperação implementada pelo Brasil com outros países em desenvolvimento, por meio da qual é promovido o

adensamento de suas relações e o estreitamento dos seus laços políticos e econômicos.”¹⁰

Esse modelo de cooperação tem sido mais adequada aos países com escassez de recursos, por envolver menores custos do que as modalidades tradicionais de ajuda ao desenvolvimento. Para o Brasil, em particular, as semelhanças econômicas e culturais com os países africanos, facilitam a transferência de conhecimento no seio dos projetos de cooperação em C&T.

De acordo com Celso Amorim, a cooperação entre países em desenvolvimento, “quando efetivamente baseada em complementaridade de recursos e objetivos similares, surge como um elemento importante da própria política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, já que inexistem os fatores de desconfiança e os riscos políticos das iniciativas marcadas pelo desequilíbrio entre os parceiros” (AMORIM, 1994).

Ainda segundo Celso Amorim, “só coopera com outros países quem já dispõe de certa base científica tecnológica própria. Apelar para a cooperação como fonte exclusiva ou principal de desenvolvimento é condenar-se à dependência e à submissão. A cooperação só será verdadeiramente frutífera quando houver complementaridade real de interesses. Naturalmente, tal complementação será encontrada com maior facilidade, como foi indicado, entre nações de nível de desenvolvimento similar, mas ela pode estar presente também em outros tipos de relacionamentos menos simétricos” (AMORIM, 1994).

Portanto, a prática da cooperação internacional em C&T assume características diferenciadas a partir do grau de desenvolvimento técnico e científico nos quais se encontram os diferentes países. A cooperação Sul-Sul vem neste contexto, buscar estabelecer, a partir de problemas comuns, circunstâncias sociais e econômicas semelhantes, uma cooperação menos verticalizadas com resultados mais significativos para os países. A cooperação Sul-Sul tem como uma das características principais, as assimetrias entre os países.

Segundo Amado Cervo, em 1974, na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre cooperação entre países em desenvolvimento, decidiu-se que a uma nova modalidade que viria a substituir os programas tradicionais de cooperação, fossem eles bilaterais ou

¹⁰ ABC. Cooperação técnica. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/ct/ct.asp>. Acesso em: 22set2010.

multilaterais, mas sim a eles se acrescentar. Com a aprovação do Plano de Ação de Buenos Aires, a 12 de setembro de 1978, países como o Brasil poderiam utilizar melhor sua capacidade instalada e superar as relações dependentes inerentes aos mecanismos da cooperação Norte-Sul. Estava, portanto, instituída a cooperação horizontal. Desta forma surge a *cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD)* ou *cooperação horizontal*, em contraponto à *cooperação Norte - Sul* (CERVO, 1984).

Ainda segundo o autor, a partir dessa data a cooperação internacional configurou-se como um instrumento de política exterior de vários países em desenvolvimento e passou a ser assim entendida pelo governo brasileiro como instrumento moderno, eficaz e indispensável de política externa e meio auxiliar de promoção do desenvolvimento sócio-econômico do país.

Eitti Sato também considera que o Plano de Ação de Buenos Aires trouxe para os foros internacionais o conceito de cooperação horizontal, isto é, a cooperação entre países em desenvolvimento:

As mudanças ocorridas na organização institucional da área de cooperação, entre as quais se destaca a criação da ABC em 1987, refletem essas mudanças tanto no perfil brasileiro como agente de cooperação quanto na ordem internacional onde nações como o Brasil passariam a desempenhar novos papéis no cenário da cooperação técnica internacional. De um país essencialmente receptor de cooperação, nas últimas décadas o Brasil passou também à condição de agente ativo, doador de cooperação (SATO, 2010).

Outros países em desenvolvimento também avançaram de forma significativa na modernização de sua indústria e de seus recursos institucionais dando ensejo ao desenvolvimento da chamada cooperação Sul-Sul. Nesse quadro, países como o Brasil passaram a ser agentes com a dupla função de receber e promover cooperação internacional. Em muitos casos servindo como agente intermediário, facilitador de cooperação entre agências multilaterais e países doadores e países receptores.

Ainda segundo Eitii Sato, tendo em vista o desenvolvimento da cooperação Sul-Sul, o entendimento que tem prevalecido é o de que essa cooperação não deveria ser entendida como concorrente ou alternativa para a cooperação tradicional, mas sim como elemento articulado e, na maioria dos casos, complementar à vertente da cooperação mais tradicional com os países industrializados e com as agências multilaterais. O fato é que essa vertente

reflete a grande expansão da cooperação como dimensão inerente às relações internacionais na atualidade (SATO, 2010).

O Brasil não é, tradicionalmente, um doador líquido de capitais para a ajuda pública ou ajuda internacional ao desenvolvimento. O país raramente doa equipamentos ou faz transferência líquida de recursos, ou tampouco assume custos locais para o desenvolvimento dos projetos de cooperação. A principal forma do Governo e as instituições brasileiras participarem de ações de cooperação com os países em desenvolvimento é facultando a transferência de conhecimento e experiências.

Portanto, o Brasil pode contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico de países como a África nos setores que se encontram em significativo atraso em relação ao nosso país e ainda fortalecer as relações com os países em desenvolvimento para a ampliação dos seus intercâmbios, geração e disseminação e utilização de conhecimentos, capacitação de seus recursos humanos e para o fortalecimento de suas instituições.

3.2. Cooperação Internacional como estratégia da política externa brasileira

Nos anos 60, com o Presidente Jânio Quadros, o Brasil independente inaugura relações com o continente africano. A história do tráfico e as raízes culturais comuns sempre foram lembradas, dos dois lados do Atlântico, como fator de aproximação entre brasileiros e africanos. Ao longo dessa década e até a metade da década de 70, as relações Brasil – África não chegaram a ganhar relevo no conjunto da política externa brasileira, apesar de contatos progressivos e evolutivos, mas ainda de baixa intensidade.

Quando se conclui o processo de descolonização, em meados dos anos 70, em período concomitante à independência das ex-colônias portuguesas, as relações do Brasil com a África ganham novo vigor, sobretudo em razão do interesse brasileiro em expandir suas exportações para o mercado africano e em garantir fontes alternativas de suprimento de petróleo. Nesse período, o Governo brasileiro entendeu que atenderia plenamente ao interesse nacional brasileiro buscar a aproximação político-diplomática com a África e, ao mesmo

tempo, criar mecanismos financeiros que viabilizassem o aumento das exportações brasileiras e o comércio com aquele continente.¹¹

A relação com os países africanos foram se incorporando ao cenário mundial à medida que conseguiam sua independência. Para o Brasil, o desenvolvimento da cooperação Sul-Sul, em suas variantes política e comercial, implicava afiançar suas pretensões como potência média através de uma prática multilateral autônoma e da busca de mercados para a obtenção de matérias-primas e a colocação de manufaturas e serviços.

O fim dos 80 e o início dos anos 90 trazem, para a cena internacional, e em particular para as relações Brasil-África, um cenário bastante distinto, marcado pela crise da dívida externa na África e no Brasil, pelo arrefecimento e depois pelo próprio fim da Guerra Fria, pelas alterações políticas na África Austral, com a independência da Namíbia e início da implosão do *apartheid* e pela revisão dos parâmetros das relações Norte-Sul.

É nesse novo contexto dos anos 90 que caberia situar o lançamento, pelo Brasil, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP que vem atuando no fortalecimento das relações do Brasil com o mundo lusófono, em particular com os países africanos de língua portuguesa. A crise do endividamento, no Brasil e dos países africanos, inviabilizou a manutenção das linhas de crédito brasileiras para os países africanos. Os países africanos, por sua vez, passaram a ficar comprometidos com os programas de ajuste estrutural ou de saneamento econômico, mais ou menos como o Brasil, além de ficarem fortemente vinculados aos mecanismos de indução de comércio com os países do Norte ou com as ex-metrópoles.¹²

Os anos 90 testemunharam um ambiente pouco propício à promoção do comércio Sul-Sul e, conseqüentemente, à expansão ou mesmo à manutenção dos níveis do comércio Brasil-África. Buscou-se uma nova inserção internacional, essencialmente orientada para uma maior aproximação com os países desenvolvidos, que estariam, em princípio, em melhores

¹¹ Seminário Política Externa do Brasil para o Século XXI / Aldo Rebelo, Luis Fernandes, Carlos Henrique Cardim, organizadores. – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004. Disponível em: <http://www.marceloguimaraesfilho.com.br/legislacao/politicaExtSecXXI.pdf> - Acesso em 22Set2010

¹² Seminário Política Externa do Brasil para o Século XXI / Aldo Rebelo, Luis Fernandes, Carlo Henrique Cardim, organizadores. – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004. Disponível em: <http://www.marceloguimaraesfilho.com.br/legislacao/politicaExtSecXXI.pdf> - Acesso em : 22Set2010

condições de garantir ao Brasil a atualização tecnológica de seu parque industrial e, conseqüentemente, o ingresso do País nos eixos dinâmicos da economia globalizada.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), as relações com os Estados Unidos e Europa atingem níveis qualitativos excepcionais e, enquanto se avança em direção das relações com a Ásia, o sucesso do MERCOSUL faz as atenções convergirem para os vizinhos continentais. Nesse contexto, a posição relativa da África perdeu atrativos e ficou esquecida pela política exterior do Brasil. Foi também colocada de lado nas universidades, parlamento e setores empresariais, pois já não mais servia aos grandes desenhos do novo lugar que o Brasil fazia de si no mundo. Foram anos de silêncio e afastamento. O governo FHC assistiu, à marginalização na qual o continente africano submeteu-se na década passada (OLIVEIRA, 2006).

Segundo o catálogo da Associação Brasileira de Cooperação (ABC), no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, vem intensificando seu diálogo com os países da África. A estratégia de aproximação com a África é ao mesmo tempo parte do esforço de concretização da vocação universalista do Brasil e de resgate da identidade nacional na formulação de política externa. Desde o início do governo de Lula, conforme informação da ABC foi aberta 16 novas embaixadas em solo africano. O comércio com a África mais que quintuplicou entre 2002 e 2008 e Presidente Lula realizou dez viagens ao continente, visitando vinte países, algum dos quais mais de uma vez.

O Brasil tem um compromisso de longo prazo com a África e uma das formas pelas quais esse compromisso melhor se expressa é por meio da cooperação como um instrumento central da ação externa brasileira. A cooperação que o Brasil promove num verdadeiro espírito Sul-Sul dá privilégio a transferência de conhecimento, a capacitação, o emprego da mão-de-obra local e a concepção de projetos que reconheçam a realidade específica de cada país. A solidariedade que anima o relacionamento do Brasil com outros países em desenvolvimento é pilar fundamental das ações do governo de cooperação com a África.¹³

Portanto, desde o início do Governo Lula, deu-se início a um período de renascimento da política africana do Brasil, no contexto de um Estado que procura ganhar um maior protagonismo internacional. Com uma infraestrutura diplomática nada desprezível no

¹³ Catálogo da Agência Brasileira de Cooperação - **A Cooperação Técnica do Brasil Para a África**- publicado pelo MRE em Junho de 2009. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/publicacoes/publicacoesCatalogo2009.asp>

que diz respeito a suas vinculações com a África e uma importante experiência acumulada, a política africana do Brasil ganhou novo impulso e novos ares. Embora este governo tenha sucedido uma década de baixa densidade na política do Brasil em relação à África, também herdou a experiência e a estrutura necessárias para o relançamento da política africana.

Ainda de acordo com as informações da Agência Brasileira de Cooperação, a cooperação Sul-Sul vem ocupando, cada vez mais, lugar de destaque na agenda diplomática brasileira. A constatação é comprovada pelo crescente número de atos internacionais firmados entre o Brasil e países da África nos últimos anos.

Portanto, destacaremos no próximo capítulo o Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia (PROÁFRICA), objeto de proposta brasileira apresentada na II Reunião Ministerial de Ciência e Tecnologia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa realizada em 5 de dezembro de 2003, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.

4. PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TEMÁTICA EM MATÉRIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - PROÁFRICA

A cooperação internacional significa governos e instituições desenvolvendo padrões comuns e formulando programas que levam em consideração benefícios e também problemas que, potencialmente, podem ser estendidos para mais de uma sociedade e até mesmo para toda a comunidade internacional. A cooperação Sul-Sul vem assim, ocupando cada vez mais, lugar de destaque na política externa brasileira. A constatação é comprovada pelo crescente número de atos internacionais e acordos de cooperação firmados entre o Brasil e países da África nos últimos anos.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), foi criada em julho de 1996 e se constitui num foro privilegiado para o aprofundamento das relações entre seus membros, que se beneficiam de laços históricos, étnicos e culturais comuns. Baseada no princípio da solidariedade, a Comunidade concentra suas ações em três objetivos gerais: a concertação político-diplomática; a cooperação em todos os domínios; e a promoção e difusão da língua portuguesa. Os estados membros da CPLP são: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

A inserção do Brasil na CPLP, dá-se justamente sob a dupla avaliação político-estratégica, do interesse nacional e do sentimento de solidariedade que aproxima os países e povos com os quais compartilhamos elementos históricos e culturais, bem como projetos comuns de desenvolvimento e paz. Assim, a CPLP constituiu-se em marco orientador de prioridades para a atuação brasileira na cooperação Sul-Sul, como reflexo de uma opção de política externa e resposta natural ao imperativo de potencializar os esforços de cooperação internacional do país.¹⁴

No tocante à cooperação entre o Brasil e países africanos, ela se dá em todos os domínios: da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; esta é a vertente que mais interessa, principalmente aos Países de Língua Oficial Portuguesa,

¹⁴ Ministério das Relações Exteriores - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/cplp>- Acesso em 25nov2010

os chamados PALOP's. Os estados membros da CPLP são: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Neste contexto, sendo objeto de proposta brasileira apresentada na II Reunião Ministerial de Ciência e Tecnologia dos Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada em 5 de dezembro de 2003, na cidade do Rio de Janeiro, foi criado o Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia – PROÁFRICA.¹⁵

4.1. O programa PROÁFRICA

O PROÁFRICA é coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) responsável pela coordenação de política nacional de ciência, tecnologia e inovação, e lidera um conjunto de instituições de pesquisa e fomento. Embora desde a criação MCT, em 1985, a elaboração da política nacional de C&T não seja mais responsabilidade direta do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq, o Conselho toma parte no processo de gestão das políticas prioritárias para a área, por meio da participação em diversas Comissões criadas pelo MCT, para gerenciamento de instrumentos específicos.

O MCT tem como competências o planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia; política de desenvolvimento de informática e automação; política nacional de biossegurança; política espacial; política nuclear e controle da exportação de bens e serviços sensíveis. Com a incorporação do CNPq como agência de fomento, o MCT passou a coordenar o trabalho de execução dos programas e ações que consolidam a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.¹⁶

A criação do Conselho Nacional de Pesquisas, em 1951, atendia a uma antiga aspiração da comunidade científica por um órgão que promovesse o desenvolvimento científico, e ao desejo do governo brasileiro de implementar, no pós-guerra, pesquisas relacionadas à energia nuclear. Hoje, na qualidade de agência executora do MCT, é missão

¹⁵ Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia - PROÁFRICA – Documento Básico do Programa.- Disponível em:<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/12160.html>

¹⁶ Ministério da Ciência e tecnologia -MCT- Disponível em:
<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/105.html?execview=>

do CNPq “promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do país e contribuir na formulação das políticas nacionais de C&T”.¹⁷

A função de fomento à pesquisa constitui-se na principal ação desenvolvida pelo CNPq, para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico do País. Como linha de trabalho mais tradicional e identificadora da missão do órgão, o fomento é dirigido essencialmente a duas vertentes: a formação de recursos humanos e o apoio à realização de pesquisas.

O PROÁFRICA foi criado por intermédio da Portaria MCT N.º 363, de 22 de julho de 2004. A gestão do Programa é realizada somente pelo Governo Brasileiro, por meio do Comitê Gestor, composto por representantes do MCT e da comunidade científica e tecnológica brasileira. Caberá ao CNPq, responsável pela implementação e apoio às atividades aprovadas pelo Comitê Gestor do PROÁFRICA realizar as atividades que estiverem sob sua responsabilidade, em coordenação com a Secretaria do Comitê Gestor, de acordo com as seguintes competências.

O Programa tem por objetivo: “contribuir para a elevação da capacidade científico-tecnológica dos países africanos, por meio do financiamento da mobilidade de cientistas e pesquisadores com atuação em projetos nas áreas selecionadas por sua relevância estratégica e interesse prioritário para a cooperação científico-tecnológica. Apoiar a realização de atividades de cooperação internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação entre pesquisadores brasileiros e africanos, onde se prevê uma preferência, não exclusiva, àqueles originários de países africanos de língua portuguesa, que contribuam, de forma sustentada, para o desenvolvimento científico e tecnológico dos países envolvidos, mediante a geração e apropriação de conhecimento e a elevação da capacidade tecnológica dos países, visando à melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos”.¹⁸

A seguir apresentaremos os principais tópicos do Documento Básico do PROÁFRICA aprovado pela Portaria MCT n.º 363, cuja cópia constará do Anexo A do referido trabalho. Apresentaremos os tópicos mais importantes como: objetivos, estrutura,

¹⁷ Missão do CNPq, disponível em: <http://centrodememoria.cnpq.br/Missao.html>

¹⁸ Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia - PROÁFRICA – constante do site CNPq. Disponível em: <http://www.cnpq.br/programas/coopint/proafrica.htm>

prioridades, modalidades de fomento, instituições executoras e resultados esperados do Programa e os demais tópicos poderão ser consultados no referido anexo.

Objetivos específicos:

- i) Contribuir para a elevação da capacidade científica, tecnológica e de inovação dos Países da África, bem como a formação, desenvolvimento e consolidação de seus Sistemas Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio do apoio a programas e projetos selecionados por sua relevância estratégica e interesse prioritário para todas as Partes;
- ii) Promover a formação, aperfeiçoamento e mobilidade de cientistas, pesquisadores, engenheiros, tecnólogos, técnicos, professores e estudantes de graduação e pós-graduação, com atuação nos programas e projetos apoiados;
- iii) Incluir, sempre que possível, a participação das Unidades de Pesquisa vinculadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia nos programas e projetos de cooperação com Países da África;
- iv) Fomentar parcerias entre as comunidades empresarial e industrial do Brasil e dos Países da África em áreas de P&D&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação), com a participação de Universidades, fundações e entidades públicas e privadas de P&D&I, das Partes envolvidas;
- v) Integrar, o mais possível, os programas e projetos de cooperação em ciência, tecnologia e inovação, adotados por diferentes instituições brasileiras em países da África;
- vi) Buscar e estimular a participação de organizações internacionais e regionais, públicas e privadas, no apoio aos programas e projetos de cooperação em ciência, tecnologia e inovação entre o Brasil e os Países da África;
- vii) Contribuir para a formulação de estratégia nacional e regional em ciência, tecnologia e inovação no continente africano.

A estrutura do Programa é composta por:

- i) Comitê Gestor do PROÁFRICA;
- ii) Secretaria do Comitê Gestor;
- iii) Secretaria do Comitê Gestor;
- iv) Instituições Executoras.

Prioridades do Programa:

- i) Elaborar e propor ao Ministério da Ciência e Tecnologia linhas, ações, programas e projetos prioritários de cooperação científica, tecnológica e de inovação, incluindo as ciências humanas e sociais e tecnologias sociais, segundo os objetivos referidos;
- ii) Usar mecanismos eficazes e ágeis de execução dos programas e projetos adotados.

Principais estratégias:

- i) Promover a criação de mecanismos ágeis que identifiquem linhas de cooperação científica e tecnológica, principalmente no que diz respeito as ciências humanas e sociais, em especial estudos sobre Estados Nacionais, Políticas Públicas, Relações de Poder, Estudo de Comunidades, Planejamento Econômico, Religiosidade, Laços de Identidade, Línguas e Multiculturalidade;
- ii) Elaborar programas e projetos nacionais na área de C&T;
- iii) Promover o desenvolvimento na área de recursos hídricos, mineração e petróleo, saúde, com especial enfoque as doenças tropicais, aquacultura e biotecnologia.

Modalidades de fomento:

- i) Intercâmbio de cientistas, pesquisadores, engenheiros, tecnólogos, técnicos, professores e estudantes de graduação e pós-graduação;
- ii) Realização de cursos, seminários, eventos, visitas, projetos de pesquisa voltados à criação de recursos humanos nos Países da África;
- iii) Apoio a organização e implantação de programas de pós-graduação nos países africanos;
- iv) Apoio à construção de infra-estrutura para o desenvolvimento local das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

Instituições executoras:

- i) Instituições governamentais brasileiras e dos demais países signatários;
- ii) Instituições de ensino superior, institutos de pesquisa e desenvolvimento e organizações de cunho científico e tecnológico, públicos e privados, sem fins lucrativos dos signatários;
- iii) Organismos, redes e consórcios multilaterais de cooperação científica e tecnológica, públicos e privados, sem fins lucrativos.

Com o objetivo último de melhorar a qualidade de vida na região e aumentar a competitividade das empresas africanas, o PROÁFRICA deverá buscar os seguintes resultados imediato:

- i) Identificação adequada de demandas e oportunidades de cooperação regional em C&T;
- ii) Participação significativamente crescente do número de países e de recursos aplicados ao financiamento e à execução de atividades cooperativas de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico nas regiões apoiadas pelo PROÁFRICA;

- iii) Aumento percentual no desenvolvimento de projetos cooperativos, apoiados pelo PROÁFRICA;
- iv) Maior número de instituições beneficiadas nas regiões;
- v) Maior e melhor capacitação de recursos humanos para a C&T das regiões.

De acordo com o documento básico do programa, “espera-se dentre os resultados, que a criação de uma plataforma comum de iniciativas regionais em C&T, apoiada pelo Programa, venha a fortalecer eventuais projetos conjuntos de cooperação que possam no futuro, ser submetidos às instâncias nacionais e multilaterais de fomento, além de favorecer parcerias com as comunidades empresariais e industriais sul-americanas. O programa estimulará iniciativas convergentes e contrapartidas dos demais países da região às atividades previstas, o que levará à adequação de sua organização institucional”.¹⁹

4.2. Características dos Editais PROÁFRICA

A seguir apresentaremos as características dos editais realizados entre o período de 2005 a 2008. As informações foram retiradas dos editais do Programa e ainda a partir de dados produzidos e disponibilizados pela Assessoria de Cooperação Internacional do CNPq. Os Editais constam da página do programa na página institucional do CNPq.²⁰

A submissão de propostas para obtenção de financiamento é realizada em atendimento a editais públicos específicos do PROÁFRICA, lançados anualmente pelo CNPq desde 2005. Apenas em 2009 não houve realização do edital. As propostas são apresentadas sob a forma de projetos, exclusivamente pela Internet, via Formulário Eletrônico de Submissão de Propostas, constante da Plataforma Carlos Chagas.²¹

¹⁹ Documento Básico do Programa de Cooperação Temática em Matéria de C&T – PROÁFRICA
Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/12160.html>

²⁰ Todos os Editais encerrados e vigente constam da página do CNPq/PROÁFRICA – Disponível em :
<http://www.cnpq.br/programas/coopint/proafrica.htm>

²¹ Plataforma Integrada Carlos Chagas reúne informações referentes aos pesquisadores e usuários do CNPq. Reúne dados sobre bolsas, auxílios, encaminhamento de projetos e pedidos de bolsas, andamento dos processos, emissão de pareceres, assinaturas de termos de concessão, relatórios técnicos e de prestação de contas, entre outras facilidades. A plataforma consta do site do CNPq: <http://www.cnpq.br/plataformalattes/>

Exceto o 1º Edital lançado em 2005 que contemplava o apoio a atividades de cooperação científica e tecnológica internacional que deveriam ser desenvolvidas obrigatoriamente, em parceria com grupos de pesquisa Angola, Moçambique e Cabo Verde, os editais seguintes, sempre mantiveram as características.

Todos os editais contemplam três modalidades de apoio que compreendem as seguintes chamadas:

- i) *Apoio financeiro a Missões Exploratórias:* Apoiar missões para identificação, discussão e elaboração de propostas de atividades de cooperação em C & T, a serem desenvolvidas, de forma conjunta, entre instituições, grupos de pesquisa, ou pesquisadores brasileiros e dos países envolvidos.
- ii) *Projetos conjuntos de P&D&I:* apoiar atividades de cooperação em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, já caracterizados ou em andamento e que contribuam, de forma direta, para a geração e apropriação de conhecimento e a elevação da capacidade tecnológica dos países envolvidos.
- iii) *Realização de Eventos de C&T&I:* Apoiar a realização, no Brasil ou nos países africanos envolvidos, de congressos, simpósios, *workshops*, seminários, ciclos de conferências e outros eventos similares relacionados à Ciência, Tecnologia e Inovação (C&T&I).

A admissão, análise e julgamento das propostas submetidas ao CNPq, em atendimento aos editais, serão realizados por meio de análises e avaliações comparativas e para tanto, são estabelecidas as seguintes etapas:

Análise pela área técnica do CNPq: esta etapa consistirá em uma análise preliminar, para verificação do enquadramento, das propostas apresentadas em resposta aos editais a ser realizada por técnicos do CNPq. As propostas que não atenderem aos requisitos obrigatórios e demais exigências do edital são desconsideradas para análise e julgamento de mérito.

Análise de mérito pelos consultores *ad hoc*: esta etapa consiste na análise sobre o mérito e relevância das propostas enquadradas. É realizada por especialistas que se manifestarão sobre os tópicos específicos de cada Chamada.

Análise de mérito, julgamento e priorização pelo Comitê Gestor: nesta etapa, o Comitê Gestor do programa analisará o mérito técnico-científico das propostas pré-qualificadas e se necessário, o Comitê poderá convidar especialistas para participar da avaliação das propostas de acordo com o perfil da demanda das propostas a serem analisadas.

O resultado da avaliação pelo Comitê Gestor será encaminhado à Diretoria Executiva do CNPq para encaminhamento e decisão final sobre a execução financeira dos projetos a serem contratados, observado o limite orçamentário deste Edital.

4.2.1. Demanda dos Editais do PROÁFRICA

O primeiro Edital do PROÁFRICA lançado em 2005 - (Edital MCT/CNPq-047/2006), previa o financiamento da mobilidade de cientistas, pesquisadores e técnicos brasileiros e africanos, com objetivo de fortalecer as relações de cooperação científica e tecnológica do Brasil com Angola, Moçambique e Cabo Verde, sendo o edital exclusivo para estes países, com temas de interesse direcionados para os respectivos países.

A demanda ao referido Edital, teve um total de 61 propostas. Destas foram aprovadas 17 propostas, distribuídas entre as diversas áreas do conhecimento tendo como valor global o montante de R\$ 549.000,00 (quinhentos e quarenta e nove mil reais), para pagamento de passagens, diárias e despesas de custeio conforme previsto no Edital, com execução prevista para o ano de 2006.

O segundo Edital, lançado em 2006 (Edital MCT/CNPq – 15/2006), diferente do primeiro, foi direcionado a todos os países africanos de língua portuguesa. O Edital contemplava o apoio a atividades de cooperação científica e tecnológica internacional, a serem desenvolvidas, preferencialmente, nos temas identificados abaixo:

- i) Aquacultura;
- ii) Biotecnologia;
- iii) Ciências Básicas;

- iv) Ciências Humanas e Sociais;
- v) Comunicação Social – voltada para o jornalismo científico;
- vi) Engenharia Metalúrgica e de Materiais;
- vii) Mineração e Petróleo;
- viii) Recursos hídricos (gestão de bacias hidrográficas e geração de energia de fonte hidrelétrica);
- ix) Saúde, em especial o estudo de doenças tropicais;
- x) Tecnologias da Informação e Comunicação.

Além dos temas identificados acima, foram aceitas propostas em temas relevantes em ciência, tecnologia e inovação, devidamente justificados, que contribuíssem de maneira efetiva, para o incremento da cooperação entre o Brasil e a África.

O referido Edital apresentou uma demanda bruta de 93 propostas, e contemplou as mesmas modalidades incluídas no edital anterior. Nele foram aprovadas 22 propostas, somando um total aprovado de R\$ 721.176,00 (setecentos e vinte e um mil, cento e setenta e seis reais) que foram também distribuídos entre passagens diárias e despesas de custeio, com execução prevista para 2007 e 2008.

Em 2007 foi lançado o terceiro Edital - (Edital MCT/CNPq- 006/2007) em parceria com o Fundo Setorial de Recursos Hídricos - CT-HIDRO,²² no valor global de até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), sendo 50% oriundos do Tesouro Nacional, do PPA 2004/2007, destinados ao financiamento de propostas qualificadas e 50% oriundos do referido fundo setorial do MCT, destinados ao financiamento de propostas qualificadas relativas à área de Recursos Hídricos.

²² O CT-HIDRO destina-se a financiar estudos e projetos na área de recursos hídricos, para aperfeiçoar os diversos usos da água, de modo a assegurar à atual e às futuras gerações alto padrão de qualidade e utilização racional e integrada, com vistas ao desenvolvimento sustentável e à prevenção e defesa contra fenômenos hidrológicos críticos ou devido ao uso inadequado de recursos naturais. Os recursos são oriundos da compensação financeira atualmente recolhida pelas empresas geradoras de energia elétrica.

Neste edital foram contempladas as seguintes áreas do conhecimento:

- i) Biotecnologia e Fármacos
- ii) Biocombustíveis e Agroenergia
- iii) Biodiversidade e Recursos Naturais
- iv) Meteorologia e Mudanças Climáticas
- v) Preservação da Memória Social
- vi) Desigualdade, Violência e Políticas Sociais
- vii) Democracia e Participação Política
- viii) Saúde - AIDS e Doenças Tropicais

Em resposta ao referido Edital, foi apresentado um total de 108 propostas, destas foram aprovadas 49, perfazendo um total de R\$ 2.047.710,00 (dois milhões quarenta e sete mil setecentos e dez reais), também para pagamento de passagens, diárias e despesas de custeio conforme previsto no Edital. Do total de propostas aprovadas, 10 estão sendo financiadas com recursos do CT-HIDRO num total de R\$ 482.958,00 (quatrocentos e oitenta e dois mil novecentos e cinquenta e oito reais).

O quarto Edital, lançado em 2008 - (Edital MCT/CNPq – 012/2008), apresentou uma demanda bruta de 157 propostas e contemplou as mesmas modalidades incluídas nos editais anteriores. Foram aprovadas 63 propostas, somando um total aprovado de R\$ 2.378.695,04 (dois milhões trezentos e setenta e oito mil seiscentos e noventa e cinco reais e quatro centavos), que foram também distribuídos entre passagens diárias e despesas de custeio, com execução prevista para 2009 e 2010.

Portanto, verifica-se que há uma preocupação do Comitê gestor quando do lançamento dos editais em atender as áreas de interesse dos países africanos. Portanto cada edital apesar das suas especificidades têm como objetivo apoiar, nas diversas áreas do conhecimento, a realização de atividades de cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação (C&T&I) mediante a geração e apropriação de conhecimento e a elevação da

capacidade tecnológica dos países, visando à melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

Em 2010 quando da realização deste trabalho, estava em andamento o Edital MCT/CNPq Nº 016/2010. O prazo final para apresentação das propostas era até 15/09/2010 e a divulgação dos resultados a partir de 30.11.2010. Não havia, portanto, dados para análise.

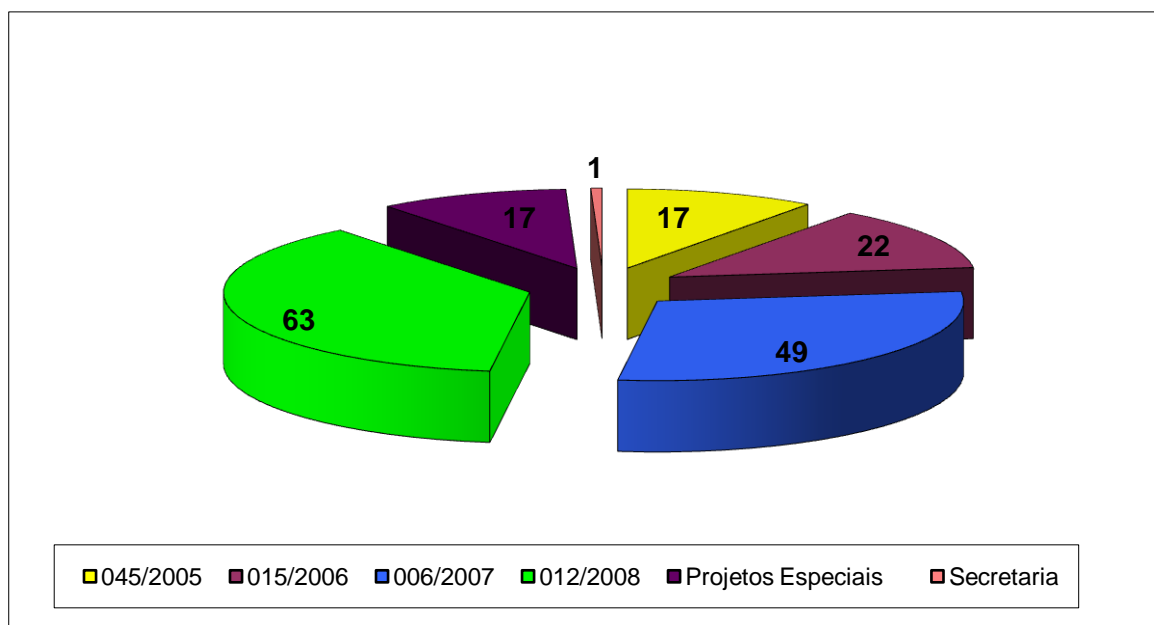
4.3. Análise e interpretação dos dados do PROÁFRICA

De acordo com o documento básico do Programa, as funções de avaliação e acompanhamento das atividades e projetos do PROÁFRICA serão exercidas por Assessores *Ad Hoc* ou Comitês Assessores indicados pelo Comitê Gestor com o objetivo específico de:

- ii) Examinar no mérito o conjunto de projetos em carteira, com base nos relatórios de demanda elaborados pelo CNPq e pela Assessoria Internacional do MCT e recomendar para execução ao Comitê Gestor;
- iii) Realizar o acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas.

Ainda segundo o documento básico do PROÁFRICA, os processos de acompanhamento e avaliação do Programa serão orientados para o seu planejamento e gestão estratégica, complementando as instruções a serem obtidas como resultado de estudos prospectivos para possibilitar intervenções recomendadas pela experiência no sentido de melhorar sua eficiência e aumentar sua eficácia.

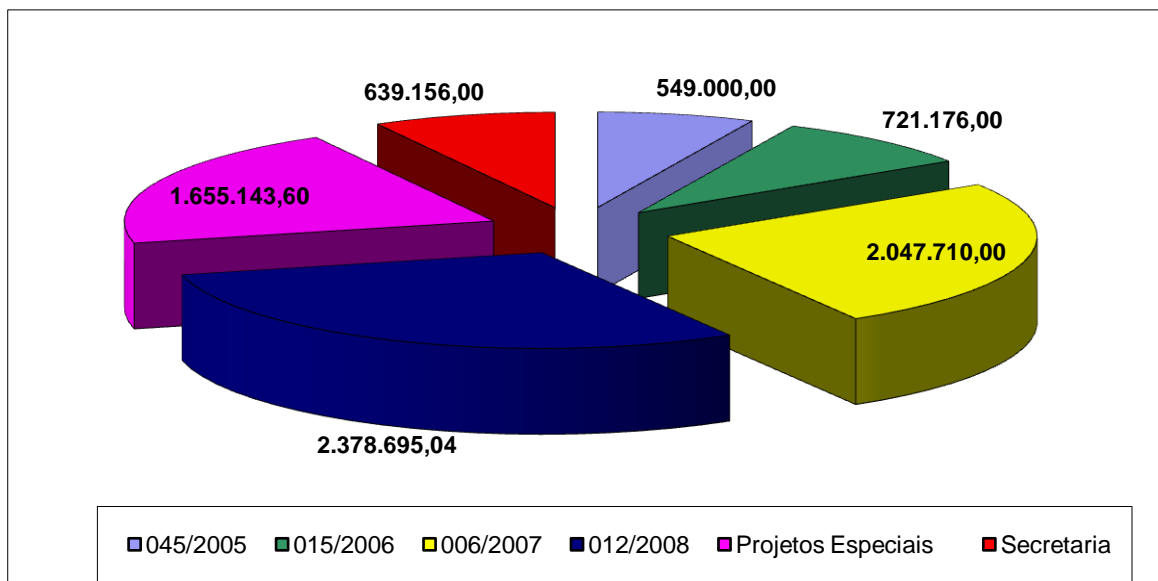
A análise apresentada a seguir foi realizada a partir dos dados gerados no período de 2005 a 2008 constantes do Relatório de Gestão do PROÁFRICA, produzido e gentilmente disponibilizado pela Assessoria de Cooperação Internacional do CNPq. Além do relatório, foram disponibilizadas também, tabelas com as demandas dos editais. Apesar do acesso a documentação disponível internamente no CNPq. Ressaltamos que até a presente data ainda não foi realizada uma avaliação mais efetiva do Programa, sendo o referido relatório o único documento disponível no CNPq que subsidiou a referida análise.



Fonte: ASCIN/CNPq

Gráfico 1 – N° de projetos aprovados pelo PROÁFRICA - (2005 a 2008)

O Gráfico 1 mostra que houve um significativo aumento no número de projetos aprovados de um edital em relação ao outro. No primeiro edital em 2005, 17 propostas foram aprovadas. Considerando que o primeiro edital contemplava exclusivamente Angola, Moçambique e Cabo Verde, pode-se justificar a pequena aprovação em relação aos demais editais devido a esta especificidade do Edital. Em 2006 esse número aumentou para 22 propostas, ou seja, houve um pequeno aumento mesmo sendo o referido edital aberto aos demais países africanos. Em 2007 o número de propostas aprovadas chegou a 49, portanto, um aumento de mais de 100 % no total de aprovação em relação ao edital anterior. Em 2008, houve aprovação de 63 projetos. Podemos afirmar, portanto, que o número de propostas aprovadas tem aumentado consideravelmente a cada ano, o que denota que o Programa tem atraído o interesse da participação dos pesquisadores.



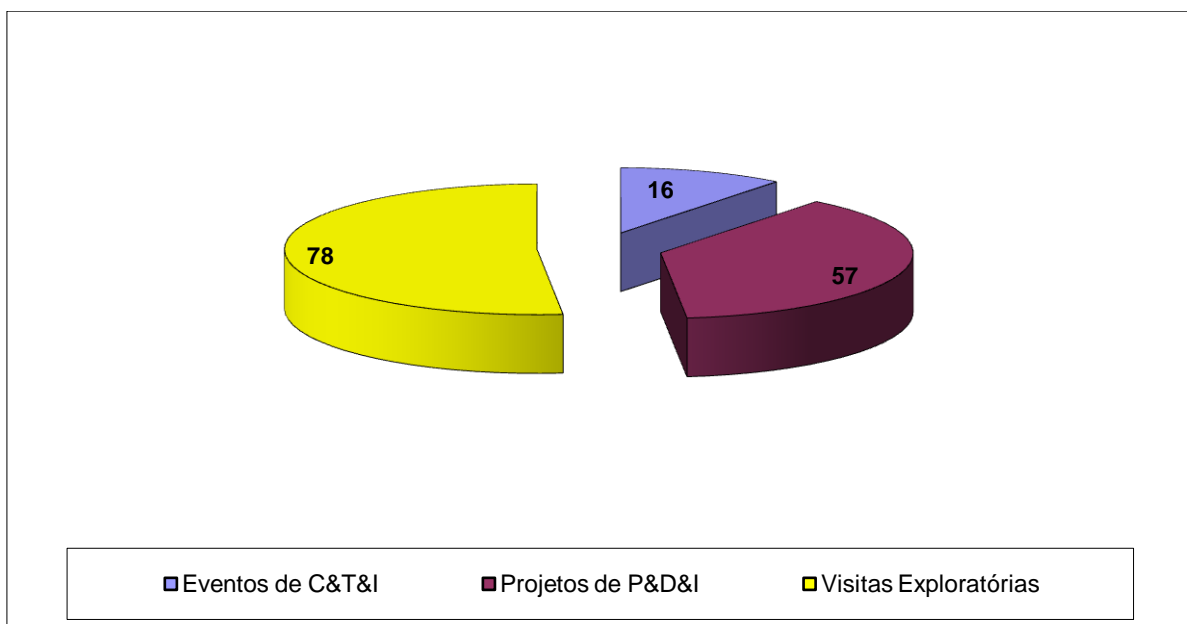
Fonte: ASCIN/CNPq

Gráfico 2 – Valores aprovados pelo PROÁFRICA - (2005 a 2008)

O Gráfico 2 mostra que houve um significativo incremento nos recursos previstos nos editais. Em 2005 os recursos aplicados nos projetos aprovados totalizaram R\$ 549.000,00 (quinhentos e quarenta e nove mil reais). Neste edital o valor máximo de cada proposta não poderia exceder a R\$ 50.000,00. Em 2006 esse número saltou para R\$ 721.176,00 (setecentos e vinte e um mil, cento e setenta e seis reais). Em 2007 o valor chegou a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), sendo 50% oriundos do Tesouro Nacional, destinados ao financiamento de propostas qualificadas e 50% oriundos do Fundo Setorial de Recursos Hídricos - CT-HIDRO do MCT, destinados ao financiamento de propostas qualificadas relativas à área de Recursos Hídricos. Em 2008 o valor total aprovado foi de R\$ 2.378.695,04 (dois milhões trezentos e setenta e oito mil seiscentos e noventa e cinco reais e quatro centavos). Portanto houve um aumento significativo em relação ao montante de recursos nos últimos quatro editais.

Adicionalmente aos editais, de acordo com o relatório da ASCIN, houve aprovação, por parte do Comitê Gestor do Programa PROÁFRICA, da concessão de recursos para outros 17 projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação (P&D&I), enquadrados como PROJETOS ESPECIAIS que foram distribuídos estrategicamente nas diversas áreas do conhecimento, consideradas prioritárias para o combate ao tripé pobreza – endemias - subdesenvolvimento, bastante identificado no continente africano. O total aprovado nestes

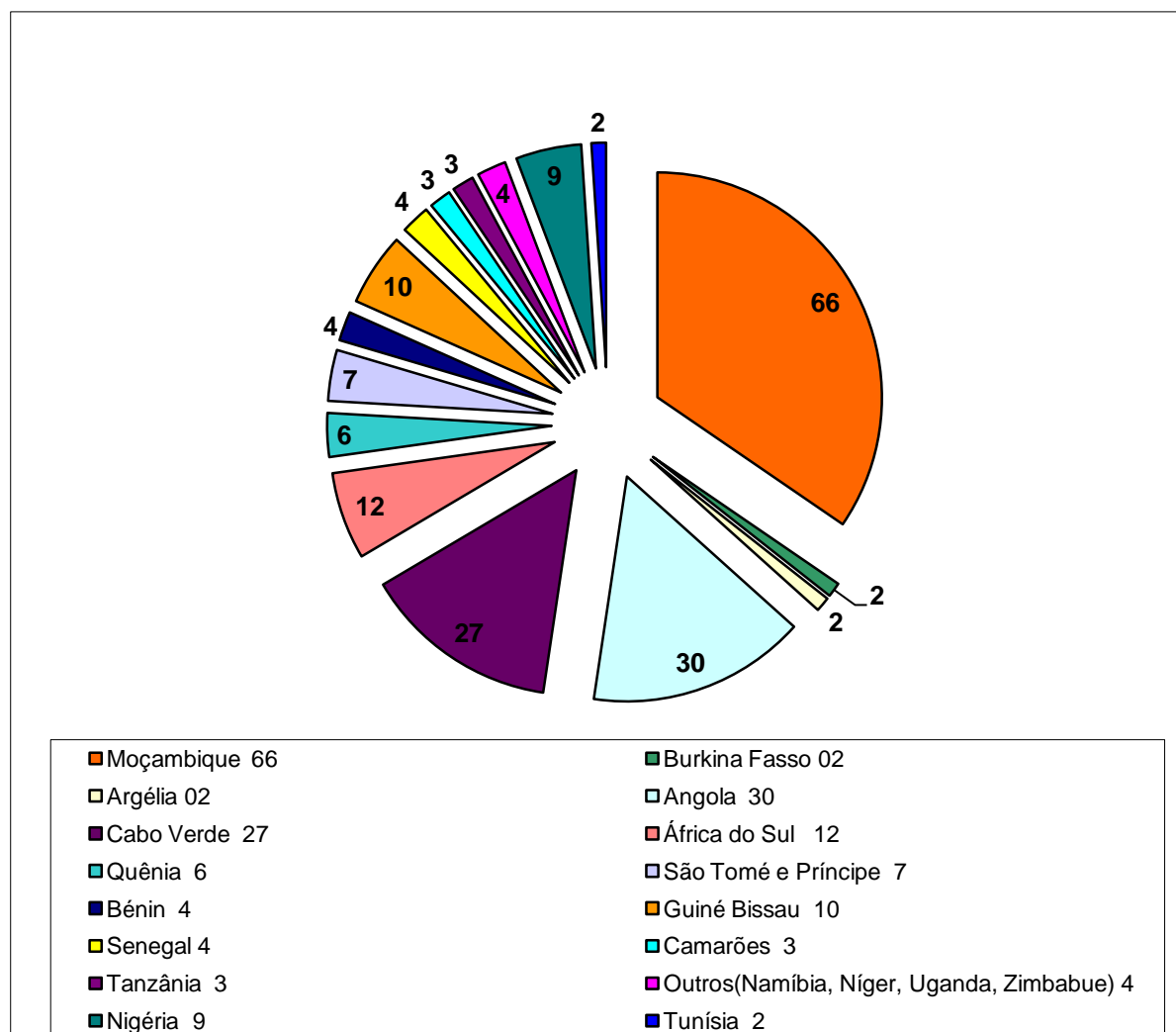
projetos especiais no período 2005 a 2008 foi de R\$ 1.655.143,60 (hum milhão seiscentos e sessenta e cinco mil cento e quarenta e três reais e sessenta centavos). Deste montante R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) são oriundos de recursos do CT-HIDRO para apoio a 03 projetos contratados em 2007. Foi comprometido ainda, o montante de R\$ 639.156,00 com despesas com a secretaria do Programa.



Fonte: ASCIN/CNPq

Gráfico 3 – N° de projetos aprovados por chamada - (2005 a 2008)

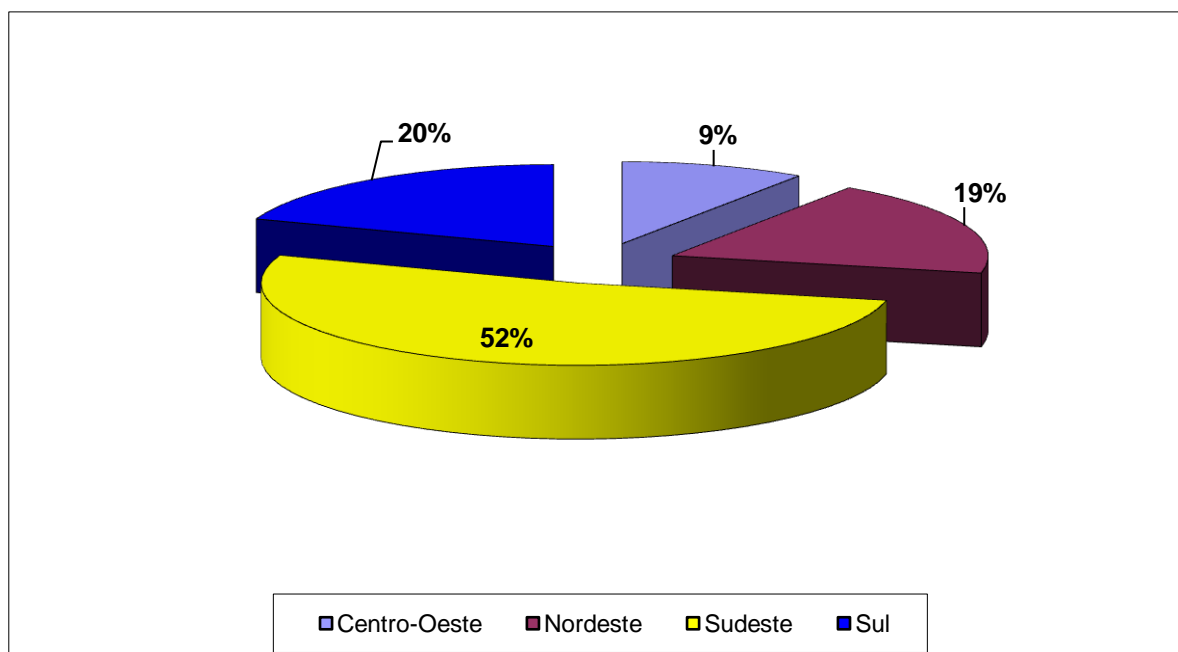
O gráfico 3 demonstra que houve um número significativo de propostas aprovadas na chamada “Visitas Exploratórias” em todos os editais. Isso pode ser relacionado a necessidade de conhecimento prévio da realidade do continente africano por parte da comunidade científica. Esta Chamada de acordo com o edital tinha por objetivo apoiar a realização de missões para identificação, discussão e elaboração de propostas de atividades de cooperação em C&T, a serem desenvolvidas, de forma conjunta, entre instituições, grupos de pesquisa, ou pesquisadores brasileiros e/ou dos países envolvidos.



Fonte: ASCIN/CNPq

Gráfico 4 – N° de projetos aprovados por país estrangeiro – (2005 A 2008)

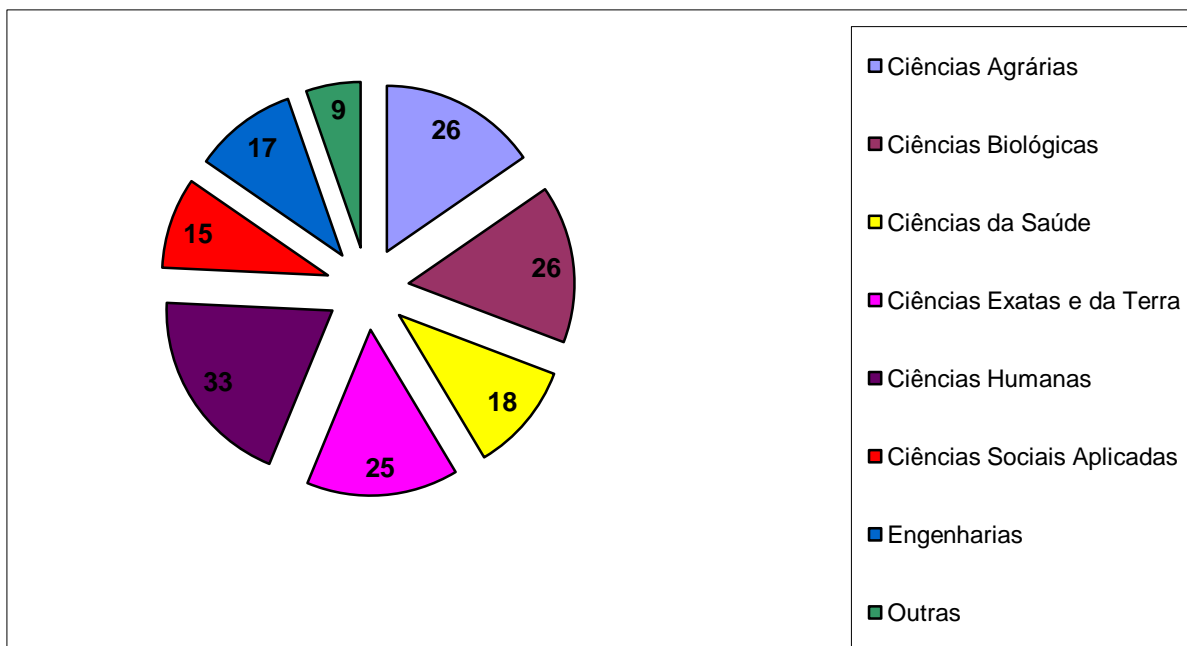
O gráfico 4 mostra que houve um número significativo das proposta aprovadas pertence aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP's. O primeiro edital do PROÁFRICA tinha por objetivo o financiamento da mobilidade de cientistas, pesquisadores e técnicos brasileiros e africanos, visando o fortalecimento das relações de cooperação científica e tecnológica do Brasil com Angola, Moçambique e Cabo Verde. Nota-se assim, no referido gráfico que há uma predominância dos projetos aprovados com esses países. No entanto, cabe ressaltar que partir de 2007 outros países e não apenas os países de língua portuguesa passaram a fazer parte do Programa.



Fonte: ASCIN/CNPq

Gráfico 5 – Distribuição dos projetos por região brasileira - (2005 a 2008)

O Gráfico 5 mostra que a região Sudeste teve o maior número de projetos aprovados, correspondendo a 52 % das propostas aprovadas, seguida da região Sul, Nordeste e Centro-Oeste. Houve, portanto, uma absoluta concentração dos projetos na região Sudeste, com um índice de 52% dos projetos apoiados. A região Sul do país representou 20% dos projetos apoiados no período; a região Nordeste 19% dos projetos apoiados e a região Centro-oeste apenas 9%. Cabe ressaltar que não foi aprovado nenhum projeto na região Norte. A absoluta concentração dos projetos apoiados na região Sudeste do país poderia ser explicada pela existência de uma forte tendência à concentração dos “ativos do conhecimento” nos estados brasileiros detentores das instituições de pesquisa mais consolidadas.



Fonte: ASCIN/CNPq

Gráfico 7 – N° de projetos aprovados por área do conhecimento – (2005 a 2008)

O gráfico 7 diz respeito ao número de projetos apoiados por Grande Área do Conhecimento, no total de 169 projetos apoiados, a divisão encontrada foi a seguinte: Ciências Agrárias – 26 Ciências Exatas e da Terra – 25 projetos; Engenharias – 17 projetos; Ciências Biológicas – 26 projetos; Ciências Sociais e Aplicadas – 15 projetos; Ciências Humanas – 33 projetos; Ciências da Saúde – 18 projeto e 1 projeto aprovado em Linguística e Artes que se encontra em outras. Verifica-se no gráfico uma heterogeneidade entre as áreas. Os dados apresentados englobam os editais de 2005 a 2008 e as áreas são priorizadas a cada novo edital. Cabe ao Comitê Gestor do PROÁFRICA atender as demandas específicas do Programa.

4.4. Conclusão da análise dos dados dos editais do PROÁFRICA

Quando da decisão da escolha do tema da pesquisa, não tínhamos ainda conhecimento de que um processo efetivo de acompanhamento e avaliação do PROÁFRICA não tinha sido realizado. No entanto, dado a justificativa apresentada na introdução do trabalho para a escolha do tema, mesmo sem termos resultados concretos, devido a falta de acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas nos projetos aprovados pelo Programa, optamos por dar continuidade à pesquisa.

Portanto, a análise foi realizada a partir de dados do Relatório de Gestão elaborado pelo CNPq, com dados de 2005 a 2008, além de tabelas sobre demanda dos projetos apresentados, disponibilizados pela Assessoria de Cooperação Internacional do CNPq.

Embora como citado no trabalho, seja feita a análise de mérito dos projetos (*ex-ante e ex-post*), com base na excelência científica das propostas, esta é inteiramente realizada por meio do exame da documentação apresentada pelos grupos de pesquisa (proposta de projeto, currículos das equipes envolvidas, relatórios de missão e relatório final). Portanto, a realização do acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas após a conclusão dos projetos, contribuiria para avaliar a eficiência e a eficácia do Programa além de contribuir para que o mesmo continue sendo fomentado.

De acordo com o documento básico do Programa (ANEXO A), as funções de avaliação e acompanhamento das atividades e projetos serão exercidas por Assessores *Ad Hoc* ou Comitês Assessores, indicados pelo Comitê Gestor, com o objetivo específico de examinar no mérito o conjunto de projetos em carteira, com base nos relatórios de demanda elaborados pelo CNPq e pela Assessoria Internacional do MCT e recomendar para execução ao Comitê Gestor.

Ainda de acordo com o documento básico, deverá ainda, ser realizado o acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas. Os processos de acompanhamento e avaliação serão orientados para o planejamento e gestão estratégica do Programa, complementando as instruções a serem obtidas como resultado de estudos prospectivos para possibilitar intervenções recomendadas pela experiência no sentido de melhorar sua eficiência e aumentar sua eficácia.

A inexistência de uma sistemática de Acompanhamento e Avaliação (A&A) dos projetos apoiados nos editais do PROÀFRICA pode até ser justificada pelo fato do Programa está apenas no seu quinto ano de execução. No entanto, entendemos que o acompanhamento e avaliação dos projetos aprovados nos editais, independente do tempo de execução do Programa, permitiria subsidiar a eficácia da própria gestão do Programa, o que efetivamente se torna importante para a continuidade do mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cooperação internacional pressupõe um interesse mútuo de dois parceiros e tem sido um dos objetivos da política das Nações Unidas servindo de instrumento na resolução de problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, para “promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião”, conforme preconizado na Carta das Nações Unidas. Desde então a cooperação internacional passou a ocupar lugar de destaque nos debates das Relações Internacionais.

Ao longo do tempo, a cooperação internacional sofreu grandes transformações acompanhando as mudanças no cenário das relações internacionais, mas também se firmou como um componente essencial na política externa dos países. Em grande medida, foi essa cooperação que permitiu a construção de um mundo de relações globalizadas onde o conhecimento compartilhado e o emprego de padrões comuns e compatíveis entre si nas muitas atividades técnicas desempenham um papel central.

Desta forma, a cooperação internacional tem contribuindo para uma distribuição mais justa da riqueza, podendo ser um caminho para se chegar ao equilíbrio de forças, à democracia e à paz. No caso específico dos países em desenvolvimento, a cooperação Sul-Sul surge como um modelo de cooperação que absorva as chamadas tecnologias intermediárias, produzidas nos países em desenvolvimento. A cooperação Sul-Sul vem neste contexto, buscar estabelecer, a partir de problemas comuns e circunstâncias sociais e econômicas semelhantes, uma cooperação menos verticalizada, com resultados mais significativos para os países.

Os esforços desenvolvidos pelos governos dos países em desenvolvimento devem ser constantes e há necessidade de que a cooperação entre esses países levem em conta a escolha de áreas essenciais as que contemplem as perspectivas dos interesses mútuos, concentrando recursos humanos e financeiros na implementação de projetos de cooperação que efetivamente resultem em benefícios para os países que cooperam entre si.

A cooperação internacional significa, portanto, governos e instituições desenvolvendo padrões comuns e formulando programas que levam em consideração benefícios e também problemas que, potencialmente, podem ser estendidos para mais de uma sociedade e até mesmo para toda a comunidade internacional.

A questão científica e tecnológica é essencial. No limiar do século XXI, é impossível crescer sem deter o conhecimento científico e tecnológico, pois o nível de desenvolvimento tecnológico serve de critério legítimo para estabelecer a escala de poder entre os Estados. O futuro dos países em desenvolvimento depende, portanto, dessa conquista, pois sem ela, será difícil vencer o *gap* que os separa das nações desenvolvidas.

Não se pode negar a importância estratégica que a ciência e tecnologia vêm assumindo dia a dia como instrumento de desenvolvimento entre as nações. O grau de acesso ao conhecimento, em última análise, determina a capacidade de um Estado de inserir-se, de maneira positiva, no novo cenário internacional globalizado e interdependente. Neste contexto o Brasil tem muito a oferecer para os países africanos. Muitos dos problemas enfrentados pelo Brasil são comuns aos países africanos, talvez em escalas menores como é o caso da AIDs. O Brasil tem cooperado na capacitação dos cidadãos africanos, contribuindo para reduzir as assimetrias econômicas e sociais dos países africanos.

O Brasil tem muito para contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico de países em desenvolvimento como os países africanos, especialmente nos setores que se encontram em significativo atraso em relação ao nosso país e ainda fortalecer as relações com os países em desenvolvimento para a ampliação dos seus intercâmbios, geração, disseminação e utilização de conhecimentos, além da capacitação de seus recursos humanos para o fortalecimento de suas instituições.

Segundo o catálogo da Agência Brasileira de Cooperação, “O Brasil tem um compromisso de longo prazo com a África”.²³ A cooperação em C&T entre o Brasil os países africanos, configura-se como mecanismo auxiliar de desenvolvimento, permitindo-lhes o direito ao desenvolvimento por meio do conhecimento científico e tecnológico.

²³ Catálogo da ABC - **A Cooperação Técnica do Brasil Para a África**- publicado pelo MRE em Junho de 2009. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/publicacoes/publicacoesCatalogo2009.asp>

Na cooperação internacional com os países africanos, temos mais a oferecer que a recebe. Mas tudo isso deve ser feito sem que o paternalismo entre no jogo. A África é lugar privilegiado de formação da brasilidade, curtida e urdida ao longo do compasso do tempo. Os dois lados do Atlântico Sul abraçam-se em era geológica remota, compondo um mundo uno.²⁴

A cooperação entre Brasil e os países africanos, nesse sentido, tem contribuído para o desenvolvimento científico e tecnológico criando oportunidades e complementaridades entre os dois países. O Brasil e os países africanos podem pesquisar conjuntamente soluções para problemas que afligem suas populações. Ademais, os dois países convivem com a necessidade de continuar a promover a inclusão social de diversos grupos menos favorecidos. Portanto, ao cooperarem estariam os Estados compartilhando interesses e coordenando ações para a resolução de problemas comuns.

As atividades de cooperação internacional do Brasil com países africanos resultam do sucesso do país em superar seu subdesenvolvimento, tornando-se competente em áreas que outros países ainda estão dependentes de conhecimento e capacidades. Desta forma o Brasil tem usado suas capacidades para projetar uma imagem positiva, de sucesso e liderança não só aos países receptores, mas também para outros países com diferentes níveis de desenvolvimento.

A cooperação entre países com um grau de desenvolvimento assimétricos não será eficaz quando não houver por parte dos países, a existência de estruturas físicas e institucionais que não possam promover transformações estruturais via inovações tecnológicas e distribuir à sociedade os resultados da prosperidade dessas transformações. Assim, existe toda uma crítica de que a contínua cooperação pode prejudicar o processo de desenvolvimento dos países, ao tornar o país receptor dependente da assistência de outros países.

Os programas de cooperação internacional em C&T, como é o caso do PROÁFRICA, pode contribuir para a elevação da capacidade científico-tecnológica dos países africanos, mediante a geração e apropriação de conhecimento e a elevação da

²⁴ Seminário Política Externa do Brasil para o Século XXI / Aldo Rebelo, Luis Fernandes, Carlos Henrique Cardim, organizadores. – 2. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004. Disponível em: <http://www.marceloguimaraesfilho.com.br/legislacao/politicaExtSecXXI.pdf> - Acesso em : 22Set2010

capacidade tecnológica dos países, visando à melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

No entanto, os programas de cooperação em C&T por si só, não tem a capacidade de mudar o destino dos países se os governantes dos países receptores não souberem se estruturar desenvolvendo capacidades institucionais e mecanismos para reduzir sua vulnerabilidade diante dos problemas que assolam a população.

Muitos aspectos relevantes sobre as críticas feitas à cooperação entre países com grau de desenvolvimento assimétricos como se caracteriza a cooperação entre Brasil e os países africanos, não foram abordados neste trabalho, que não pretendia esgotar esse assunto. No entanto diante de um histórico processo de exclusão tecnológica dos países africanos, a criação do PROÁFRICA pode tornar-se um mecanismo de fortalecimento do setor científico e tecnológico dos países africanos, diminuindo assim, as assimetrias anteriormente mencionadas.

Para tanto, faz-se necessário uma sistemática de avaliação do Programa onde seria possível levantar informações a respeito da qualidade da integração das equipes brasileira e africanas dos projetos apoiados. Identificar as atividades que as instituições participantes dos projetos desenvolveram nas redes de pesquisas formadas, tanto, como pesquisa básica como na pesquisa aplicada. Seria possível ainda, resultados tais como: publicações em co-autoria, seminários co-organizados, artigos e trabalhos apresentados bem como congressos e seminários, livros/capítulos de livros publicados, participação em congressos internacionais, cursos de pós-graduação, mini-cursos e palestras proferidas nos dois países.

Os recursos financeiros necessários para realização dos programas de cooperação nos países em desenvolvimento, não são tão vultosos como nos países desenvolvidos. Portanto, é necessário que haja uma otimização dos recursos institucionais destinados a cooperação e uma efetiva avaliação da implementação desses recursos. Uma infraestrutura institucional organizada, ágil e dinâmica, também é imprescindível para que se desenvolva um sistema de cooperação internacional efetivo.

Assim, uma a avaliação dos resultados dos projetos aprovados nos editais do PROÁFRICA, certamente seria útil para aprofundar a análise e avaliar se os resultados

alcançados pelo programa, permitiriam subsidiar a eficácia da própria gestão do Programa e ainda justificar que o mesmo continue sendo fomentado.

Portanto, ao analisarmos os dados do PROÀFRICA, mesmo não tendo como apresentarmos os resultados concretos dos projetos aprovados, entendemos que a própria formulação do Programa sinaliza que a cooperação internacional em ciência e tecnologia entre pesquisadores brasileiros e africanos, tem contribuído de forma sustentada para o desenvolvimento científico e tecnológico dos países envolvidos. A geração e apropriação de conhecimento e a elevação da capacidade tecnológica dos países africanos, certamente contribuirá para a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Celso Luis N. Perspectivas da cooperação internacional. In: MARCOVITCH, Jacques (org). **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: EDUSP, 1994. p 149-163.
- AXELROD, Robert; KEOHANE, Robert O. Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions. **World Politics**, v. 38 (Oct. 1985), 226 – 254.
- CERVO, Amado Luiz: Socializando o desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional no Brasil. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. 1994, 37 (1): 37-63
- DUARTE, Rafael P. **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em C&T: A Participação Brasileira na Organização Européia para Pesquisa Nuclear (CERN)**. *Journal of Technology Management & Innovation*. 2008, vol.3, n.4 p. 133-151-Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-27242008000200011&script=sci_arttext Acesso em 10set2010.
- GRIECO, J., “anarchy and the Limits of Cooperation: a Realist Critique of the Newest Liberal Institutionalism”, IN: BALDWIN, D. **Neoliberalism and Neorealism: the Contemporary Debate**. Columbia University Press, 1993, p. 116-142
- JACKSON, Robert e SØRENSEN. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
- JERVIS, Robert. "Realism, Neoliberalism, and Cooperation: Understanding the Debate." *International Security* 24, Nº. 1 (Summer 1999): 42-63. Disponível em: <http://www.irchina.org/en/xueren/foreign/view.asp?id=115> - Acesso em: 10Mai2010
- KEOHANE, Robert O.; NYE, Jr., Joseph S. **Power and Interdependence**. 3rd. ed. Longman, 2001.
- KEOHANE, R. **After hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. New Jersey: Princeton University Press, 1984.
- LAFER, Celso. Política externa brasileira: reflexão e ação. IN: MARCOVITCH, Jacques (org). **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: EDUSP, 1994. p 23- 46.
- MORGANTTI, Patricia A.O. **A cooperação Científica Brasil – França: o caso do Convênio CNPq/CNRS**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ciência e Tecnologia) – Coordenação de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia – Centro de Desenvolvimento Sustentável, UNB, 2005.
- NYE Jr, Joseph. Understanding International Conflicts: in **Introduction to Theory and History**, 4th edition, SL: Longman Pub Group, 2003.
- NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Henrique Altemani e ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (orgs.). **A Política Externa Brasileira na Visão dos seus Protagonistas**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora, 2005.

OLIVEIRA, Henrique Altemani e LESSA, Antonio Carlos. **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

OLIVEIRA, Odete Maria de; DAL RI JUNIOR, Arno (org.). *Relações internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 2003.

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TEMÁTICA EM MATÉRIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - PROÁFRICA

Disponível em: <<http://www.cnpq.br/programas/coopint/proafrica.htm> >. Acesso em: 15 jun. 2010.

SATO, Eitii. **Cooperação Internacional: uma componente essencial das relações internacionais** - DOI: 10.3395/reciis.v4i1.345pt. RECIIS, América do Norte, 4, mar. 2010. Disponível em: <http://www.recis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/345/498>. Acesso em: 04 Set 2010.

SARFATI, Gilberto: **Teoria de Relações Internacionais**, São Paulo, Saraiva, 2005

SANCHEZ, Tirso W. Sáenz; PAULA, Maria Carlota de Souza. **Desafios institucionais para o setor de ciência e tecnologia: o sistema nacional de ciência e inovação tecnológica**. Parcerias Estratégicas, Brasília, 2001.

SOUZA-PAULA, M. C.; VELHO, L. M. S.; ALVES, I. T. G. **A cooperação internacional em Biotecnologia no Brasil**. MCT. Brasília. 2001.

SOARES, Guido Fernando Silva, A Cooperação Técnica Internacional. In: MARCOVITICH, Jacques (org.). **Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 93-139

VIOTTI, E.B. Fundamentos e Evolução dos Indicadores de CT&I. In: VIOTTI, E.B. & MACEDO, M. de M. (orgs.) **Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil**. Campinas, Editora da UNICAMP, 2003.

ANEXO A – Portaria MCT nº 363, de 22.07.2004 - Norma Revogada

Aprova o anexo Documento Básico Brasileiro para o Programa de Cooperação Temática em matéria de Ciência e Tecnologia (PROÁFRICA).

O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta da Declaração Final da II Reunião Ministerial de Ciência e Tecnologia da comunidade dos países de língua portuguesa, considerando os Programas de Trabalho firmados em 2003 entre Brasil e Angola e Brasil e Moçambique,

considerando o Memorando de Entendimento entre Brasil e Moçambique sobre Tecnologias da Informação e Comunicação, resolve:

Art. 1º Aprovar o anexo Documento Básico Brasileiro para o Programa de Cooperação Temática em matéria de Ciência e Tecnologia (PROÁFRICA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO CAMPOS

PROÁFRICA - PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TEMÁTICA EM MATÉRIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1. Introdução - Instrumento Normativo

O Documento Básico Brasileiro do PROÁFRICA é transcrito a seguir:

2. Objetivo

O PROÁFRICA tem por objetivo contribuir para a elevação da capacidade científico-tecnológica dos países africanos, por meio do financiamento da mobilidade de cientistas e pesquisadores com atuação em projetos nas áreas selecionadas por sua relevância estratégica e interesse prioritário para a cooperação científico-tecnológica.

Entre outros resultados, espera-se que a criação de uma plataforma comum de iniciativas regionais em C&T, apoiada pelo Programa, venha a fortalecer eventuais projetos conjuntos de cooperação que possam, no futuro, ser submetidos às instâncias nacionais e multilaterais de fomento, além de favorecer parcerias com as comunidades empresarial e industrial sul-americanas. O PROÁFRICA estimulará iniciativas convergentes e contrapartidas dos demais países da região às atividades previstas, o que levará à adequação de sua organização institucional.

Os documentos normativos brasileiros do PROÁFRICA são o Documento Básico do PROÁFRICA, a Declaração Final da II Reunião Ministerial de Ciência e Tecnologia dos países da comunidade dos países de língua portuguesa e o Manual do Usuário do PROÁFRICA.

3. Histórico

O Programa foi objeto de proposta brasileira apresentada na II Reunião Ministerial de Ciência e Tecnologia dos países da comunidade dos países de língua portuguesa, realizada em 5 de dezembro de 2003, na cidade do Rio de Janeiro.

Em que pese a importância de iniciativas vigentes, o PROÁFRICA, ao aportar novos recursos para a região, vem ampliar a cooperação entre os países signatários para sua capacitação científica e tecnológica, por meio de mecanismos como:

- . intensificação dos esforços cooperativos de pesquisa científica e tecnológica;
- . a crescente articulação entre os organismos multilaterais e os projetos de cooperação que eventualmente apoiam;

O Programa tem por objetivo dotar o sistema de Ciência e Tecnologia de instrumento que permita a formulação de uma estratégia regional própria nesta área.

4. Estratégias

O Programa deverá:

- a) promover a criação de mecanismos ágeis que identifiquem linhas de cooperação científica e tecnológica, principalmente no que respeita às ciências humanas e sociais, em especial estudos sobre Estados Nacionais, Políticas Públicas, Relações de Poder, Estudo de Comunidades, Planejamento Econômico, Religiosidade, Laços de Identidade, Línguas e Multiculturalidade;
- b) elaborar programas e projetos nacionais na área de ciência e tecnologia; e
- c) promover o desenvolvimento na área de recursos hídricos, mineração e petróleo, saúde, com especial enfoque às doenças tropicais, aquicultura e biotecnologia.

5. Modalidades de Fomento

5.1 Atividades continuadas de cooperação em C&T

- . Missões exploratórias
- . Realização de eventos
- . Reuniões de trabalho / elaboração de documentos
- . Visitas técnicas
- . Especialistas Visitantes
- . Outras atividades pertinentes

5.2 Apoio a projetos cooperativos

- . Redes Cooperativas
- . Realização de eventos

6. Resultados Esperados

Com o objetivo último de melhorar a qualidade de vida na região e aumentar a competitividade das empresas africanas, o PROÁFRICA deverá buscar os seguintes resultados imediatos:

- . Identificação adequada de demandas e oportunidades de cooperação regional em C&T;
- . Participação significativamente crescente do número de países e de recursos aplicados ao financiamento e à execução de atividades cooperativas de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico nas regiões apoiadas pelo PROÁFRICA;
- . Aumento percentual no desenvolvimento de projetos cooperativos, apoiados pelo PROÁFRICA;
- . Maior número de instituições beneficiadas nas regiões;
- . Maior e melhor capacitação de recursos humanos para a C&T das regiões.

7. Organização e Competências

A estrutura do Programa é composta por:

- . Comitê Gestor do PROÁFRICA;
- . Secretaria do Comitê Gestor;
- . Agência de Implementação e Apoio (CNPq);
- . Instituições Executoras.

7.1. Comitê Gestor do PROÁFRICA

As funções de supervisão e coordenação superior do Programa serão exercidas por seu Comitê Gestor, criado por Portaria do Ministro da Ciência e Tecnologia, com as seguintes competências:

- . decidir sobre a alocação de recursos e sua distribuição para atuar de forma integrada com outros programas nacionais e internacionais de apoio às atividades de cooperação internacional em ciência e tecnologia, bem como para atender à demanda específica do PROÁFRICA;
- . aprovar e dar prioridade a propostas de atividades e projetos no âmbito do PROÁFRICA.
- . aprovar parcerias institucionais e propor formas de operação cooperativa para implementação do PROÁFRICA;
- . aprovar o Manual do Usuário e suas modificações, bem como sugerir eventuais emendas ao Documento Básico;
- . coordenar o processo de avaliação e acompanhamento de atividades e projetos, que poderá incluir a nomeação de consultores "ad hoc" ou comitês assessores;
- . acompanhar e avaliar a implementação do PROÁFRICA, em consonância com as estratégias definidas pelo Documento Básico, aprovando para tanto Planos Anuais e Relatórios de Desempenho;

7.1.1 O Presidente do Comitê Gestor poderá, em casos de urgência, tomar decisões *ad referendum* do Comitê.

7.1.2 Composição do Comitê Gestor:

a) Membros natos:

- . Presidente do Conselho, indicado pelo MCT;
- . Um representante da Assessoria de Cooperação Internacional do MCT, como substituto eventual do Presidente;
- . Um representante da Diretoria do CNPq;
- . Um representante da Diretoria da FINEP;
- . Um representante do MRE.

b) Representantes da comunidade científica, tecnológica e empresarial:

- . Quatro membros da comunidade científica, tecnológica e empresarial, indicados pelo Ministro de C&T, com mandato de três anos.

7.2 Secretaria do Comitê Gestor

O Comitê Gestor contará com uma Secretaria de Apoio, subordinada ao Presidente e encarregada de:

- . apoiar ou atender diretamente o Presidente;
- . secretariar o Comitê Gestor;
- . fazer a interface do Comitê Gestor com o CNPq;
- . tomar as medidas necessárias à viabilização das ações continuadas de cooperação.

7.3 Agência de Implementação e Apoio

A Agência de Implementação e Apoio às atividades aprovadas pelo Comitê Gestor do PROÁFRICA será o CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que realizará as atividades que estiverem sob sua responsabilidade, em coordenação com a Secretaria do Comitê Gestor, de acordo com as seguintes competências:

- . elaborar, em coordenação com a Assessoria de Cooperação Internacional do MCT os termos de referência para divulgação do Programa;
- . elaborar, em coordenação com a Assessoria de Cooperação Internacional do MCT o Manual do Usuário do PROÁFRICA;
- . elaborar relatórios de demanda (projetos em carteira) para subsidiar a análise de projetos no âmbito do Comitê Gestor;
- . apoiar a atividade de Avaliação e Acompanhamento;
- . cumprir e fazer cumprir as decisões do Comitê Gestor do PROÁFRICA;
- . repassar os recursos e viabilizar os projetos aprovados pelo Comitê Gestor;
- . assistir às instituições executoras para elaboração de propostas e implementação dos projetos;
- . submeter ao Comitê Gestor proposta de termos de referência para os variados formatos de chamada de projetos, em articulação com outras instituições nacionais de C&T e organismos internacionais;
- . Manter o Comitê Gestor informado sobre o andamento de programas de cooperação internacional e seus respectivos recursos, com vistas a subsidiar a discussão do interesse de aplicar recursos do PROÁFRICA para apoiá-los.

7.4. Instituições Executoras

- . Instituições governamentais brasileiras e dos demais países signatários;
- . Instituições de ensino superior, institutos de pesquisa e desenvolvimento e organizações de cunho científico e tecnológico, públicos e privados, sem fins lucrativos dos signatários;
- . Organismos, redes e consórcios multilaterais de cooperação científica e tecnológica, públicos e privados, sem fins lucrativos.

8. Avaliação e Acompanhamento de Atividades e Projetos

As funções de avaliação e acompanhamento das atividades e projetos do PROÁFRICA serão exercidas por Assessores *Ad Hoc* ou Comitês Assessores indicados pelo Comitê Gestor com o objetivo específico de:

- . examinar no mérito o conjunto de projetos em carteira, com base nos relatórios de demanda elaborados pelo CNPq e pela Assessoria Internacional do MCT e recomendar para execução ao Comitê Gestor;
- . realizar o acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas.

As atividades de acompanhamento e avaliação serão implementadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê Gestor e constantes do Manual do Usuário.

Os processos de acompanhamento e avaliação do PROÁFRICA serão orientados para o seu planejamento e gestão estratégica, complementando as instruções a serem obtidas como resultado de estudos prospectivos para possibilitar intervenções recomendadas pela experiência no sentido de melhorar sua eficiência e aumentar sua eficácia.

9. Normas e Procedimentos

As normas e procedimentos necessários à implementação do PROÁFRICA estão contidos no Manual do Usuário.

Publicado no DOU de 26/07/2004, Seção I, Pág. 41.